

# **Relatório Final de Pesquisa**

Projeto FAPEMIG SHA-2603/2006

## **Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais**

### **Coordenador**

**Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves**

### **Pesquisadores**

Prof. Júlio César Buére

Prof. Olympio Barbanti Júnior

Prof. Onofre dos Santos Filho

Profa. Matilde de Souza

Profa. Taiane las Casas Campos

Belo Horizonte

Julho de 2006

## **INSTITUIÇÕES**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas  
Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação  
Departamento de Relações Internacionais

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDE  
Subsecretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN

## **EQUIPE DE TRABALHO**

### **Coordenação**

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

### **Pesquisadores**

Prof. Júlio César Buére

Prof. Olympio Barbanti Júnior

Prof. Onofre dos Santos Filho

Profa. Matilde de Souza

Profa. Taiane las Casas Campos

### **Assessoria em Sistemas de Informação**

Prof. Sandro Laudares

### **Bolsista BAT**

Chyara Sales Pereira  
Assistente de Pesquisa

### **Bolsistas BIC**

Eduardo Augusto Café

Fernanda Cimini Salles

Melina Arantes Rodrigues

Priscila Gomes da Silva

Túlio Andrade da Costa Nogueira

### **Técnico responsável pelo Sistema de Informação**

Adriano Richards

## SUMÁRIO

1. Introdução	4
1. A projeção internacional de unidades subnacionais: possibilidades e desafios	7
2.1. As transformações do Sistema Internacional e a emergência das unidades subnacionais como atores internacionais	7
2.2. A cooperação internacional como prática de projeção das unidades subnacionais: estados e províncias	11
2.3. A cooperação internacional como prática de projeção de unidades subnacionais: as cidades e os municípios	14
2.4. A cooperação internacional como prática de cooperação doméstica e externa das unidades subnacionais	18
2. A projeção internacional do estado de Minas Gerais e a cooperação internacional	20
4. A Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais e o Sistema Integrado de Informações	25
4.1. Procedimentos de Pesquisa	27
4.2. A construção dos componentes	29
5. Análise Descritiva dos Resultados	35
6. O Sistema Integrado de Cooperação Internacional	44
7. Considerações Finais	47
8. Bibliografia Consultada	52
9. Anexos	55
Anexo I, Quadro I – Mudanças na Administração Pública de Minas Gerais	56
Anexo I, Quadro II - Secretarias de Estado do Governo Aécio Neves (2003-2006)	57
Anexo I, Quadro III – Relação de Projetos mapeados pela pesquisa	59
Anexo II – Quadro I – Resumo do Diretório de Práticas (Metodologia)	61
Anexo II, Quadro II – Indexadores para Diretório de Práticas	62
Anexo II, Quadro III – Diretório de Práticas	64
Anexo III – Demonstrativo do Glossário	68
Anexo IV – Sistema Integrado de Cooperação Internacional	69

# 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa *Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais*, realizada entre Dezembro de 2006 e Janeiro de 2008. Executada por uma equipe constituída de bolsistas e professores do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, o produto final da pesquisa atende diretamente a uma demanda da *Subsecretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais*. O objetivo geral da pesquisa foi a elaboração do Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais, tendo em vista os seguintes objetivos específicos:

- Identificar organizações e agências internacionais (multilaterais e bilaterais) que atuam em áreas convergentes aos interesses do Estado de Minas Gerais, conforme orientação da SEAIN/SEDE;
- Identificar unidades subnacionais portadoras de interesses convergentes aos de Minas Gerais, conforme orientação da SEAIN/SEDE;
- Identificar boas práticas em gestão das relações internacionais de atores subnacionais no Brasil e no exterior;
- Identificar as demandas e ofertas de cooperação internacional nos vários setores da administração pública do Estado de Minas Gerais, conforme orientação da SEAIN/SEDE.

O propósito do Sistema Integrado da Cooperação Internacional é o de se constituir como um ambiente operacional que permita a operacionalização da Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais. A opção institucional do Estado de Minas Gerais para a operação de seus programas e projetos de cooperação técnica internacional pressupõe uma estrutura horizontal e descentralizada, uma rede humana capaz de articular os setores da administração pública e esses aos centros de ensino e pesquisa <sup>1</sup>. Neste sentido, o produto final da presente pesquisa é um sistema de informações, o Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais, constituído dos seguintes elementos:

- **Diretório de organismos e agências internacionais:** organismos e agências internacionais de caráter bilateral ou multilateral que atuam no território nacional, contendo a identificação de suas linhas de atuação, suas diretrizes e procedimentos, bem como projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e, em especial, em Minas Gerais;

---

<sup>1</sup> A Rede de Articulação Internacional do Estado de Minas Gerais foi criada pelo Decreto 44039 de 03 de Junho de 2005.

- **Diretório de projetos internacionais:** projetos de cooperação internacional desenvolvidos em Minas Gerais, identificando: órgão executor, órgãos intervenientes, organismo ou agência internacional parceira, objetivos e resultados alcançados;
- **Diretório de práticas de cooperação internacional:** projetos e redes de cooperação internacional do interesse do Estado de Minas Gerais;
- **Biblioteca virtual da cooperação internacional para o desenvolvimento:** índice de publicações de referência no campo da cooperação internacional;
- **Glossário da cooperação internacional:** principais conceitos, termos e vocabulário específico em cooperação internacional.

Os resultados da pesquisa – identificação, caracterização e classificação dos atores internacionais implicados nos processos de cooperação como Organizações Multilaterais, Agências de Cooperação bilateral, Organizações Não-Governamentais, etc.; identificação dos projetos de cooperação desenvolvidos desde 1991 no âmbito da administração pública e identificação de práticas de cooperação internacional em contextos federativos – foram aglutinados por conjunto de dados nos diretórios acima identificados constituindo-se, assim, no sistema de informações a ser disponibilizado, pelo Governo do estado de Minas Gerais, via *web*, aos seus usuários internos. Dele constarão as informações acima discriminadas sobre a cooperação internacional do estado e deverá ser constantemente atualizado, funcionando como importante subsídio à política de cooperação estadual e ao seu propósito de articular em rede seu processo de internacionalização. Os atores envolvidos em uma rede, como no caso do estado de Minas Gerais, cultivam relações baseadas na confiança construída em torno de um interesse comum – a projeção internacional do Estado de Minas Gerais – e no estoque de conhecimentos compartilhado em uma área temática específica.

A Rede de Operações Internacionais, expressa no Sistema Integrado de Cooperação Internacional, pretende estruturar-se como um ambiente de aprendizagem. Como tal, a Rede não se constitui apenas do acúmulo de conhecimentos gerados por suas operações, mas, sobretudo, do processo de aquisição de informações para seu posterior tratamento como conhecimento que informa a ação. Nesse sentido, o processo de aprendizado implicado em operações da rede revela-se como um processo contínuo de transformação que pode ser apreciado como um ciclo que compreende a aquisição de informações, a integração das informações adquiridas no contexto organizacional e a interpretação coletiva da informação visando a realização de uma determinada ação.

Assim, considerando-se a crescente relevância das Relações Internacionais Federativas e a inexistência de mecanismos de tratamento da informação acerca da cooperação internacional em Minas Gerais, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional constitui um recurso para o gerenciamento da cooperação internacional pela Administração Pública estadual. Além destes fatores, o sistema de informações possibilitará a formação de capital humano para a gestão dos processos de cooperação internacional, fortalecendo-se, desta forma, a *Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais*.

## **2. A projeção internacional de unidades subnacionais: possibilidades e desafios**

### **2.1. As transformações do Sistema Internacional e a emergência das unidades subnacionais como atores internacionais**

As transformações geradas com o processo de adensamento das redes de interdependência social<sup>2</sup> terminaram por impor uma nova dinâmica às Relações Internacionais em que a emergência de novos atores suplementa a ação dos Estados Nacionais e, em larga medida, influenciam seu comportamento alterando-lhes o curso de ação. Tornou-se um truísmo afirmar a relevância das Organizações Não-Governamentais e das Corporações Transnacionais na dinâmica política e econômica das Relações Internacionais. Contudo, pouco tem sido dito acerca do papel que unidades subnacionais – como estados ou províncias, regiões e cidades – têm desempenhado no interior desse processo. Em larga medida, o adensamento das redes de interdependência terminou por oferecer feições globais ao mercado de bens e serviços, até então marcado pela mediação do Estado Nacional<sup>3</sup>. Este fenômeno assinalou a emergência de um conjunto de oportunidades e constrangimentos para a projeção internacional de unidades subnacionais.

A articulação internacional de unidades subnacionais tem lugar através de um sem número de instrumentos: representações em países estrangeiros; missões comerciais, científicas ou culturais; acordos de cooperação bilateral; operações de crédito; e, projetos de cooperação técnica (BALTHAZAR, 1993; PHILIPPART, 1998; LECOURE, 1992). Não se trata de fenômeno recente, embora sua ocorrência tenha se multiplicado no contexto descrito acima. Desde a década de 1950, por exemplo, estados federados dos Estados Unidos realizam atividades no exterior com vistas à promoção comercial e à atração de investimentos (LECOURE, 1992).

---

<sup>2</sup> Keohane e Nye propõem tratar o processo de globalização como um fenômeno no qual a interdependência característica das Relações Internacionais sofreu um processo de adensamento ganhando a forma de redes que articulam atores de natureza distinta em diferentes partes do planeta. Analiticamente, os autores identificam 4 tipos de articulação em rede: econômica – referente aos fluxos de bens e serviços; militar – referente às formas de mobilização política e uso da força; ambiental – concernente ao transporte de materiais que afetam o bem estar e a saúde humanas; e, finalmente, sociocultural – rede de interdependência que diz respeito aos fluxos de imagens, informações e pessoas. Cada uma dessas redes de interdependência possui efeitos sistêmicos, afetando assim as demais e gerando um cenário de relativa entropia (Keohane e Nye, 2000).

<sup>3</sup> Conforme a percepção de Brühl e Rittberger, desde a década de 1980 três processos concorreram para a transformação das Relações Internacionais: 1) revolução tecnológica, 2) globalização econômico-social e, 3) fim da guerra fria. Conjugados, os três processos terminaram por deslocar a centralidade do estado nacional no que concerne ao controle dos fluxos econômicos e sociais que atravessam seu território, dando azo à emergência de novos atores que passaram a desempenhar papéis relevantes na economia e na política internacionais (Brühl e Rittberger, 2001)

Também a província canadense do Quebec se apresenta como caso exemplar. Desde a década de 1960, ela busca intensificar sua presença internacional por meio de uma variedade de ações que compreendem acordos bilaterais – em especial com estados limítrofes dos Estados Unidos da América –, promoção e o fomento da cooperação internacional, o incentivo à francofonia e, finalmente, às atividades relativas ao comércio exterior. Em se tratando do Brasil, e no caso específico de Minas Gerais, as iniciativas de articulação internacional, concentraram-se, até neste momento, em acordos bilaterais de irmandade com estados e províncias estrangeiras, a exemplo do acordo com Yamanashi, província japonesa, estabelecido em 1973.

Apesar das especificidades da inserção internacional das unidades subnacionais, elas guardam em comum com os novos atores internacionais não estatais o fato de habitarem um ambiente multicêntrico que convive em paralelo com o mundo centrado nos Estados nacionais (ROSENAU, 1990). Esta nova arena de interação política é circunscrita pelo caráter não soberano dos atores internacionais não estatais que, embora se articulem com outros agentes estrangeiros e mesmo com organismos e agências internacionais, não constituem *tout court* sujeitos do direito internacional. Com efeito, as relações internacionais são domínio clássico dos Estados nacionais ou dos governos centrais das federações e a atuação internacional de outros agentes sempre foi diretamente condicionada pelas estratégias de sua política externa. No caso específico dos atores subnacionais sua projeção externa é dependente, em grande medida, do modelo de organização política do Estado nacional.

Nos modelos federativos largamente descentralizados, a exemplo do estadunidense, as regras domésticas outorgam às unidades federadas grande autonomia para a condução de suas operações no ambiente internacional<sup>4</sup>. No caso brasileiro, um modelo federativo centralizado, a União tem competência exclusiva na manutenção de relações com países estrangeiros<sup>5</sup>. Nesse sentido, o modelo federativo brasileiro atribui soberania externa ao poder central e a estende, de certa forma, às unidades subnacionais. O estado permanece soberano já que o poder central continua representante da federação no ambiente internacional.

---

<sup>4</sup> Atualmente os estados da federação nos Estados Unidos possuem aproximadamente 183 escritórios no exterior e mais de 1100 municípios possuem acordos bilaterais de irmandade com municípios estrangeiros (cf. Kincaid, 1999).

<sup>5</sup> Conforme o artigo 21, inciso I, da Constituição brasileira, compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (CONSTITUIÇÃO, 2003).



A despeito do modelo constitucional e de organização política, a ação internacional das unidades subnacionais é um fenômeno complexo que possui aspectos distintos e pode ganhar diferentes ênfases, dependendo de seus objetivos finais. Assim, as operações internacionais das unidades subnacionais podem ocorrer em três maneiras distintas:

**1. Diplomacia de múltiplos níveis:** refere-se ao processo de localização da política externa dos Estados nacionais, articulando atores sociais e unidades subnacionais no processo de formação de interesses e tomada de decisão. De fato, como percebe Hocking, embora os interesses das unidades subnacionais sejam limitados em escopo e, no mais das vezes dirigidos por sua dimensão econômica, *vis a vis* os interesses dos governos centrais, os ambientes políticos internacional e doméstico encontram-se imbricados, e os processos de tomada de decisão em matéria de política externa devem ser conduzidos nestas duas arenas (HOCKING, 1993, p.3);

**2. Protodiplomacia:** conforme a definição adotada por James Mitchell e Graham Leicester, protodiplomacia refere-se às “iniciativas ou atividades externas de um governo não central que segreda uma mensagem separatista no relacionamento econômico, social e cultural que estabelece com nações estrangeiras.” (MITCHELL e LEICESTER, 1999);

**3. Paradiplomacia:** refere-se às atividades paralelas, complementares ou conflitivas em relação à diplomacia central (DUCHACEK, 1990, p.32)<sup>6</sup>.

Como percebeu Keating (2004), é possível distinguir motivações de natureza econômica, política e cultural que conduzem à projeção internacional das unidades subnacionais. As motivações econômicas dizem respeito às iniciativas de inserção da unidade subnacional – província ou cidade, por exemplo – no mercado global de bens e serviços. Trata-se de um conjunto de ações que tem como objetivo a promoção do comércio e a atração de investimentos diretos na localidade ou região. As motivações políticas referem-se às tentativas de reconstrução de discursos nacionalistas que buscam reconhecimento internacional, a exemplo da Catalunha. (cf. KEATING, 2004, p.57). Ou, talvez, justamente pelo oposto: pelo fato de as regiões e localidades se identificarem de forma distinta e particular do discurso nacional e, por isto, não se julgarem representadas na identidade da Nação como no caso da Irlanda. Finalmente, as motivações culturais tratam da promoção de uma cultura ou idioma particular no exterior, como, segundo o autor, é o caso de Quebec.

No que se refere às atribuições desenvolvidas no nível da paradiplomacia especificamente pode-se distinguir três dimensões de atuação: a) promoção do comércio exterior; b) atração de Investimentos Diretos Externos; c) Operações de Crédito; d) Cooperação Técnica Internacional.

---

<sup>6</sup> A esse respeito, veja-se também Michelmann e Soldatos (1990); Soldatos (1993); Aldecoa e Keating (1999).

Keating (2004) adota, contudo, uma perspectiva marcadamente centrada na experiência do hemisfério norte. De fato, ele deixa de abordar uma motivação central que conduz províncias e cidades à busca de inserção internacional: a restauração de sua capacidade de provisão de bens públicos em um contexto de reforma do Estado. A ênfase dos defensores da economia de livre-mercado na alteração das atribuições estatais, na redução do déficit público e na reestruturação das contas públicas tem reduzido os investimentos do estado em várias atividades, e por conseqüência, na oferta local e regional de certos bens e serviços. No atendimento das demandas sociais as unidades subnacionais se vêem forçadas a buscar recursos para além das próprias fronteiras territoriais do estado nacional. No hemisfério sul e, particularmente no Brasil, tal motivação manifesta-se claramente na estruturação de operações de crédito e na construção de projetos de cooperação técnica que incidam positivamente sobre a capacidade do setor público prover o bem estar e a cidadania.

Nesses termos, podemos levantar uma primeira discussão de que na prática a realidade contemporânea está alterando amplamente os referenciais políticos e os ordenamentos constitucionais que até então orientavam a atuação dos estados no plano externo. O fato é que a realidade contemporânea vem possibilitando novas relações entre o Estado federal e suas unidades constituintes. “O Estado-Nação tradicional vê, desta forma, sua soberania esmaecida por agentes externos e também internos” (KUGELMAS e BRANCO 2004: 168). Existem evidências de que os estados nacionais, diante desse novo fenômeno, estão desenvolvendo alternativas políticas na tentativa de adequarem-se ao novo cenário, preservando suas prerrogativas gerais de agente externo sem, contudo, coibir a projeção externa de suas unidades subnacionais. Por exemplo, “com sua reforma constitucional de 1994, a Argentina permitiu uma inédita amplitude de ação externa de suas províncias” (KUGELMAS e BRANCO: 2004: 178). Para alguns autores, a Argentina, por causa dessa transformação constitucional, teria adquirido uma dinâmica de “desfederalização” nas relações entre o poder central e as respectivas unidades subnacionais.

No caso brasileiro, a inserção independente de suas unidades subnacionais motivou o Estado federal a criar uma agência para conhecer e controlar as ações autônomas externas de seus entes federados. A Assessoria de Relações Federativas (ARF) é o “órgão que se destina a fazer a interface entre um dado ministério, os governos estaduais e municípios com o objetivo de melhor captar os interesses e as ações das

unidades federadas na formulação da política externa” (KUGELMAS e BRANCO 2004: 181)<sup>7</sup>. Segundo Prazeres (2004), devido ao crescente interesse das unidades subnacionais brasileiras em estabelecer vínculos econômicos internacionais, é necessário que se busquem alternativas conciliadoras para viabilizar os interesses das unidades federadas brasileiras sem que sejam usurpados os limites constitucionais existentes. Isso se justifica pelo fato das unidades subnacionais estarem, cada vez mais, deixando de serem apenas unidades administrativas voltadas à resolução interna de seus interesses, assumindo uma nova condição política no sentido de definir estratégias de desenvolvimento e promoção econômica.

## 2.2. A cooperação internacional como prática de projeção das unidades subnacionais: estados e províncias

A discussão que permeia o marco dos pressupostos da cooperação internacional é o princípio da ação coletiva. Frente à realização de seus interesses específicos que não podem concretizar unilateralmente e apenas com o uso de suas capacidades, os agentes buscam meios alternativos na relação com outros agentes para concretizar suas metas, renunciando a certos ganhos imediatos em detrimento de ganhos futuros.

### Quadro I - Cenário propício à cooperação

<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Atores potencial e efetivamente diferentes em posições assimétricas de poder</li> <li><input type="checkbox"/> Necessidade de ajustes mútuos para a efetivação dos interesses dos atores</li> <li><input type="checkbox"/> Necessidade de coordenação para adequação comportamental dos atores às ações uns dos outros;</li> <li><input type="checkbox"/> Redução de incertezas que revestem a atuação dos agentes em ambiente de anarquia estrutural</li> <li><input type="checkbox"/> A cooperação resulta em ganhos efetivos para todos, tendo em vista as assimetrias de poder entre os agentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Para a cooperação ocorrer os atores tem que alcançar um consenso - exigência de coordenação política</li> <li><input type="checkbox"/> O consenso requer das partes mudanças em parte de seu comportamento – alguma disposição em ceder nos objetivos finais – de forma a possibilitara a emergência da cooperação</li> <li><input type="checkbox"/> as normas e as regras devem regular as relações entre os atores de forma a garantir graus variados de previsibilidade da ação</li> <li><input type="checkbox"/> As regras e as normas devem favorecer a maximização dos ganhos entre os atores</li> </ul>
--	--

Construído a partir de Keohane, 1994.

Os incentivos à ação coletiva não advém de uma pretensa harmonia entre os agentes, mas do fato de eles compartilharem um misto de interesses complementares e conflitivos – que podem advir da carência ou da abundância de determinados recursos, da posse de uma determinada capacidade etc. *Nessas situações a cooperação ocorre*

<sup>7</sup> O Ministério das Relações Exteriores contava, até setembro de 2001, com oito escritórios de representação: na Região Norte, na Região Nordeste, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (Prazeres 2004: 300).

*quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou previstas dos demais* (KEOHANE, 1994), coordenam suas ações e colaboram entre si para atingirem determinadas metas, mesmo que elas possam ser diferentes ou antagônicas entre si. (Quadro I)

A assimetria de poder, recursos e capacidades entre os atores não impede a cooperação entre eles, desde que a coordenação política e as regras estabelecidas para as partes envolvidas garantam a maximização dos resultados. Isto significa que o consenso, necessário para que os agentes possam colaborar, exige um processo constante de ajustes mútuos de forma que cedendo em relação aos objetivos finais a serem alcançados, possam estabelecer a interação entre eles. O resultado final do processo cooperativo, se bem sucedido, sempre altera a posição inicial dos atores sem, contudo, abolir necessariamente as assimetrias que porventura existam entre eles.

Como já afirmamos em relação às unidades subnacionais um dos incentivos contemporâneos para a sua projeção internacional advém da reforma estrutural do estado e de suas implicações para a oferta de bens e serviços regionais e locais. Isto significa que esta situação gera um déficit de recursos, já que o governo central não os disponibiliza para que as unidades subnacionais possam realizar os investimentos necessários. A carência de recursos, desta forma, opera como um incentivo à cooperação externa quer com outras unidades subnacionais de outros estados, com os próprios estados, quer com organismos intergovernamentais especializados em determinadas temáticas no sistema internacional. O processo exige uma estratégia de negociação em dois níveis: doméstico e externo. No primeiro deles, opera-se nos limites da autonomia interna das unidades subnacionais para empreender ações externas; no segundo, em um amplo espectro de exigências e de parâmetros definidos pelos parceiros internacionais de forma a construir regras que satisfaçam a maximização de resultados esperados pelas partes envolvidas.

Esta complexa negociação em dois níveis tem levado alguns analistas a questionarem a própria eficácia da cooperação internacional empreendida pelos agentes subnacionais. Haveria uma tensão latente entre as demandas mais amplas da política externa conduzida pelo governo central e as aspirações de projeção internacional das unidades subnacionais. Contudo, tais argumentos na maioria das vezes decorrem do fato de se

pressupor que as unidades subnacionais desenvolvam suas ações na mesma linha de atuação da *alta política* dos governos centrais.

*O que prevalece é aquilo que denominamos de **stop and go**: há ativismo em questões como convênios tecnológicos, cooperação técnica, empréstimos, turismo, investimentos, dentre outras, mas nunca houve um movimento em torno de qualquer outro tema que não estivesse ligado a questões locais.* (VIGEVANI, 2006, p. 130).

O padrão da atuação internacional das unidades subnacionais vem sendo, desta forma, constituindo-se em temas da *baixa política* e isto evita um conflito direto com a própria atuação do governo central no cenário externo.

*...os temas prevalentes na ação subnacional são comércio, investimentos, tecnologia, energia, meio ambiente, turismo, itens sociais, intercâmbios culturais, políticas migratórias, tráfico de drogas, epidemias e políticas sanitárias – são estes também os temas que prevalecem no caso do Brasil.* (DUCHACEK, *apud* VIGEVANI, 2006, p. 130)

Nestes temas, dependendo de seu alcance mais regional ou local, as unidades subnacionais têm construído acordos de cooperação junto a organizações internacionais em temas como desenvolvimento, redução dos índices de pobreza, melhoria do sistema educacional, modernização da burocracia pública etc. Os acordos podem se referir a captação de recursos para a implantação de políticas públicas, apoio técnico e/ou troca de experiências para a solução de determinado problema – o que envolve a colaboração com organismos internacionais ou outras unidades subnacionais que enfrentaram problemas similares – ou a atração de investimentos diretos. Neste último caso, podem ocorrer conflitos com outras unidades federadas, ou com o próprio governo central, já que muitas vezes, no caso brasileiro, corre-se o risco de implicar guerra fiscal, concessão de subsídios etc. Mesmo assim, muitos estados da federação têm conseguido levar adiante propostas de cooperação neste sentido, ainda que os mesmos exijam a participação direta ou indireta do Governo da União na intermediação da negociação ou até mesmo no estabelecimento de parâmetros a partir dos quais a mesma possa se concretizar.

Outra configuração que a projeção internacional das unidades subnacionais, principalmente aquelas empreendidas pelas cidades, pode assumir é a cooperação transnacional por meio de formação de redes<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A organização em redes se tornou um instrumento essencial para a realização da produção flexível por permitir que as diversas unidades produtivas espalhadas pelo globo terrestre mantenham-se em contato, em tempo real. A indústria flexível vai fazer uso desse mecanismo associado às propriedades tecnológicas que detém para realizar sua produção universal. Esta novidade fez brilhar

[O] sentido etimológico e científico de rede é dado pela regularidade e interligação perceptíveis na formação do tecido. A igualdade e a complementaridade entre as partes são seus aspectos básicos, reforçados pela regularidade entre as malhas. Cada nó do tecido é estratégico, é fundamental para o todo, mas eles só formam o tecido quando ligados entre si pelas linhas. A transformação da rede dá-se apenas pela expansão. (...) No plano técnico-operacional, o termo **rede** denota comumente a idéia de fluxo, de circulação. São as redes de transportes, de água e esgoto e de telecomunicações, só para citar alguns exemplos. (LOIOLA e MOURA, 1996: 54)

Assim, podemos dizer que as redes contribuem para propiciar condições de mobilidade e comunicação entre as diferentes regiões geográficas do globo, e em especial na vinculação de cidades dispersas por territórios nacionais distintos. O crescente recurso à “interação em rede surge como estratégia para enfrentar um ambiente de turbulências e incertezas, caracterizado pela forte competitividade e por crises e movimentos de reestruturação” (LOIOLA e MOURA, 1996:58).

### **2.3. A cooperação internacional como prática de projeção de unidades subnacionais: as cidades e os municípios**

Neste contexto, unidades subnacionais como as cidades encontram oportunidades para se projetarem internacionalmente. “Na Europa, a recessão econômica dos anos 70 provocou uma reação dos governos locais e dos principais atores econômicos e sociais urbanos” (BORJA 1996: 79). Nesta reação, o poder local foi além de sua função de resolver problemas cotidianos e em um esforço de atrair investimentos externos, visando à geração de empregos e a renovação da base produtiva da cidade, buscou fontes externas para a solução dos problemas de oferta de bens e de serviços.<sup>9</sup> Apesar do processo de articulação das cidades apresentarem nuances regionais, o fenômeno ocorrido na Europa espalhou-se por outras áreas do globo. Analisando, por exemplo, o Sudeste Asiático Borja percebe que

*As estatísticas econômicas das cidades mostram a existência de uma forte complementaridade entre os governos das cidades e o conjunto dos agentes econômicos, todos eles voltados para os mercados externos. As cidades asiáticas têm demonstrado que, no mundo da economia global, a velocidade da informação relativamente aos mercados internacionais e da adaptação a esses mesmos mercados, a flexibilidade das estruturas produtivas e comerciais e a*

---

os olhos dos capitalistas, pois este novo meio de acumulação permite que o bem final seja constituído por insumos provenientes de diferentes regiões geográficas, que são estabelecidas de acordo com as vantagens locais que podem oferecer – mão-de-obra barata e qualificada, menor rigor fiscal, legislação ambiental flexível etc. Neste sentido, a planta *portátil*, que configura esse novo modelo, permite que o capitalista transporte algumas das partes de seus *aparatos industriais* para aquela região que melhor minimize seus custos.

<sup>9</sup> “Os governos locais articularam-se aos atores urbanos para promover a cidade. Alguns anos depois, uma conferência de cidades europeias (Rotterdam, 1986) viria a denominar-se cidades motoras do desenvolvimento econômico” (Borja 1996: 80).

*capacidade de inserir-se em redes são muito mais determinantes de seu êxito ou fracasso que as posições assumidas no passado: o capital acumulado, as riquezas naturais ou a situação geográfica. O segredo reside na velocidade com que pequenas e médias empresas se renovam, articulando-se com grandes empresas na rede exterior e com o poder político interior. Este último assegura importantes funções de informação e promoção e garante a ordem e a prestação de serviços no sistema da cidade, posto que, logicamente, o tecido econômico e o tecido urbano se confundem. (1996, p. 80)*

Isto significa que as cidades deixaram de ser espaços nacionais voltados para a economia de seus países em função da dificuldade do Estado em estabelecer políticas que consigam, em nome de interesses nacionais, articular atores públicos e privados em termos de ganhos relativos. Sua incapacidade de resposta efetiva aos problemas gerados no plano local por suas iniciativas de articulação aos imperativos da nova ordem econômica mundial obrigou os sistemas de poder local e regional a buscar alternativas para solucionar os problemas próximos à sua área de atuação. Neste sentido, o novo papel da cidade no plano externo, e não mais as diretrizes do poder central, passam a orientar, em razoável proporção, as medidas estratégicas do poder local. Assim, as cidades passam a disputar investimentos, não apenas com outras cidades no plano nacional, mas alargar seu campo de ação no cenário externo. Desta forma, procuram atender a cinco objetivos básicos para travar uma disputa com as demais cidades na economia mundial: “1) nova base econômica; 2) infraestrutura urbana; 3) qualidade de vida; 4) interação social; 5) governabilidade” (BORJA, 1996: 82).

O atendimento destes objetivos viu-se facilitado, por exemplo, pela formação dos blocos de integração regional. Na Europa, na esteira da integração dos Estados-Nações na União Européia, as cidades tentaram responder aos problemas colocados pela unificação, através da formação de redes, as Eurocidades, que as lançaram no cenário internacional de forma pioneira. A formação de espaços transnacionais, o redimensionamento da nacionalidade – propiciado pelo avanço dos acordos estatais no caminho da unificação – abriram espaços para que antigos laços regionais ou identidades culturais subnacionais emergissem nos Estados-Nações e se articulassem além-fronteiras. O processo de regionalização e de projeção das cidades européias combina, dessa maneira, o processo de unificação com questões de ordem de identidade cultural, reestruturação produtiva, reformulação do Estado e a crescente interdependência entre estados e sociedades nacionais. Barcelona na Espanha, por exemplo, aporta sua projeção internacional e de revalorização de seu espaço urbano em planos estratégicos que, ao mesmo tempo busca atrair investimentos a partir de suas

vantagens locacionais, ancora-se nos valores culturais da Catalunha e sua especificidade identitária diante do estado nacional espanhol.

No caso das cidades latino-americanas o processo, apesar de se espelhar no caso europeu, obedece a lógica e a parâmetros diferentes. Internamente, as cidades latino-americanas viram-se em meio a um movimento que as colocou em uma posição peculiar durante os anos 1980 e 1990. Por um lado, os movimentos de redemocratização colocaram na ordem do dia reivindicações como melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, acesso ao processo decisório, participação nos negócios públicos etc. Sufocados pelos regimes autoritários a emergência da sociedade civil na arena política provocou uma onda generalizada de reivindicações que se chocou, de frente, com o discurso e práticas neoliberais paulatinamente implantadas pelo poder central. O alinhamento, em menor e maior grau, dos países da América Latina com as teses do novo liberalismo - Estado mínimo, privatização, regulação da sociedade pelo mercado, restrições nas políticas públicas e de seguridade social - levaram o Estado a abdicar de parte de suas iniciativas em termos de desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos sociais.

Não que o Estado na América Latina tenha sido um paladino da social-democracia ou do *welfare state*, mas seu intervencionismo garantia, de certa forma, que algumas demandas sociais localizadas fossem atendidas. Temos, então, por um lado o crescimento de demandas destinadas a ampliar o espaço da cidadania em termos dos direitos sociais e econômicos e uma retração da presença do poder central que reduz a possibilidade efetiva de atendimento dessas demandas. As cidades, *locus* da ação dos cidadãos e pelo princípio de proximidade, espaço onde as demandas e os problemas são vivenciados, vê-se, dessa maneira, cada vez mais incapaz de lidar com as questões que lhe são colocadas no cotidiano. A retração social do Estado significa menos emprego, menos habitações, menos investimentos em obras urbanas e, conseqüentemente, mais problemas em termos de desabrigados, aumento da violência urbana, de saneamento básico etc.

Externamente, os acordos de integração do Mercosul propiciaram a formação de redes de cidades como a Mercocidades – Rede de Cidades do Mercosul – e a vinculação destas cidades a outras redes transnacionais, notadamente as europeias. Apesar dos acordos do Mercosul não previrem a participação das unidades subnacionais, foi justamente a aproximação entre os estados nacionais que favoreceu a emergência da



organização. Os chefes dos Executivos das cidades partícipes e seus representantes buscam a cooperação através dos laços criados pelo Mercosul e também apoiados na experiência europeia das Eurocidades – no segundo encontro da rede houve, inclusive, a participação de representantes das Eurocidades.

Escudados nas transformações nacionais proporcionadas pela globalização e seu impacto no meio urbano, os Executivos municipais dirigiram-se aos chefes de Estado reivindicando um canal de interlocução junto ao Mercosul tendo, como postulado, a necessidade de que, frente às transformações da sociedade contemporânea (...) *os governos locais assumam uma nova postura no cenário internacional, uma postura de participação ativa, visando estabelecer normas para uma competição saudável e, sobretudo, visando criar um fluxo de cooperação solidária.* Reivindicaram, dessa maneira, uma presença institucional no interior dos mecanismos decisórios do Mercosul e o fizeram, ancorando-se no princípio de proximidade afirmando que *os governos das cidades não são apenas a esfera de governo mais próxima dos problemas da população mas também que possui maior interlocução com as entidades de representação da sociedade civil.* (Carta aos Presidentes, 1996.)

Isso quer dizer que o Poder Público Municipal não deve ser mais um simples administrador dos problemas, mas um promotor de papéis e de soluções que projete a cidade além de suas fronteiras físicas e nacionais. Para tanto ela deve promover: a) a projeção externa da cidade através da oferta de infraestrutura urbana e de serviços; b) articular seus projetos com as administrações públicas de outras instâncias estatais e com a esfera privada; c) promover a identidade urbana local a partir dos referenciais culturais que informam a multiplicidade e a variedade dos grupos e culturas que coabitam a cidade; d) inovar-se política e administrativamente de forma a incentivar a cooperação entre os vários segmentos urbanos de forma a fomentar mecanismos de participação e de cidadania. (BORJA, 1996). Acima de tudo o poder público local deve pensar o consumo como componente da cidadania de forma a inserir um número crescente de cidadãos no seu rol ampliando, juntamente com os direitos básicos como saúde, educação, saneamento, elementos que aprimorem a produção e a distribua de forma o mais equânime possível.

## **2.4. A cooperação internacional como prática de cooperação doméstica e externa das unidades subnacionais**

A conjugação de todos esses fatores exige dos governos subnacionais uma nova percepção da administração pública. Em primeiro lugar devem pensar sua inserção econômica sobre outra perspectiva. Além da competência em interagir com outros atores sociais, tanto públicos como privados ou da sociedade civil, ele deve voltar suas atenções para implementar *zonas de atividades empresariais, criar bancos com linhas de capital de risco, promover empresas públicas e mistas competitivas com o setor privado* e promover uma série de atividades atrativas aos agentes econômicos internacionais. Através de representações externas na maioria dos principais centros urbanos do mundo, estabelecer um sistema de informações atualizado que divulgue as oportunidades que a unidade subnacional oferece em termos de investimento econômico, atividades sociais, culturais e políticas<sup>10</sup>.

Do ponto de vista social e cultural, o poder público além de contar com a iniciativa privada, deve procurar formas que viabilizem: (a) programas de habitação e urbanização, reconhecimento e incorporação da cidade informal; (b) políticas de geração de emprego; (c) instituição de programas culturais direcionados à variedade de culturas que compõem a região ou a cidade sob sua responsabilidade administrativa direta e a sua articulação à cultura mundial. Neste caso é de fundamental importância a participação dos grupos sociais no sentido de assegurar-lhes o acesso ao processo decisório de forma a lhes garantir, dentro de um sistema de prioridades estabelecidas pelos próprios grupos, o atendimento de demandas orientadas por valores que lhes são intrínsecos e que favoreçam a solidificação da cidadania.

Em relação aos serviços urbanos, de transportes e de comunicações, as alterações exigem, por exemplo, acordos de cooperação com os órgãos estatais responsáveis por serviços de manutenção da infraestrutura urbana, entendimento com os responsáveis por fatores como rede de telecomunicações, e a capacidade de assumir competência e algumas prerrogativas políticas e empresariais no que se refere a esses serviços. Ao invés de se pensar, por exemplo, a política de comunicações apenas do ponto de vista nacional, como convencionalmente é feito, é necessário o desdobramento dessas políticas de forma que elas possam se adequar as peculiaridades locais. Redes de

---

<sup>10</sup> Todas as nossas considerações acerca do novo papel dos governos locais e das entidades subnacionais estão baseadas em BORJA, Jordi. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana*. In: FISCHER, Tânia. (org.) **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 91-98.

distribuição de energia, de comunicações, de saneamento, de educação, etc., devem ser pensadas e implementadas de forma a atender demandas específicas e de maneira a oferecer a infraestrutura básica capaz de fornecer competitividade no contexto internacional.

Entendida a cooperação e a projeção internacional das unidades subnacionais nos termos aqui formulados estas serão vistas, no presente trabalho, como um amplo conjunto de atividades voltadas para o desenvolvimento. O centro das atenções investigativas são as práticas de cooperação *descentralizada*, isto é, voltadas para subunidades federativas – no caso específico, o estado de Minas Gerais – tanto no âmbito técnico quanto financeiro (operações de crédito reembolsáveis e não reembolsáveis).

### 3. A projeção internacional do estado de Minas Gerais e a cooperação internacional

Até 2003, os assuntos internacionais do Estado de Minas Gerais eram tratados pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial, localizada na estrutura da Secretaria de Estado de Governo. Criada em junho de 1999, tal Assessoria tinha como finalidades auxiliar o governador na formulação e implementação da política estadual de relações internacionais e coordenar processos de captação de recursos internacionais.

Na busca de cumprir tais atribuições e aumentar a eficácia da atuação externa, o decreto nº 40.180 organizou o ambiente institucional criando o *Sistema Estadual de Promoção Comercial e de Cooperação Internacional*. Esse sistema estabeleceu quatro núcleos de atuação setorial junto às secretarias afins ao tema das relações internacionais: o *Núcleo Operacional de Promoção Comercial*; o *Núcleo Operacional de Intercâmbio e Cooperação Científica e Tecnológica*; o *Núcleo de Intercâmbio e Cooperação Cultural*; e *Núcleo Operacional de Captação de Recursos Externos*. Esses núcleos, coordenados pela *Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial*, estavam sob a direção das Secretarias de Estado de Indústria e Comércio, de Ciência e Tecnologia, da Cultura e de Planejamento. No âmbito interno da Assessoria, as ações empreendidas seguiam seis linhas:

- Coordenação de cooperação científico-cultural;
- Coordenação de promoção comercial;
- Apoio a projetos especiais e eventos internacionais;
- Apoio a prefeituras e instituições estaduais na definição e implementação de programas setoriais e análise de cooperação internacional;
- Acompanhamento e análise da conjuntura internacional.

Os principais programas desenvolvidos tinham por objetivo a qualificação de recursos humanos voltada à promoção comercial e cooperação internacional e o estágio supervisionado na área de relações internacionais.

A criação da *Subsecretaria de Assuntos Internacionais* (SEAIN) como órgão da *Secretaria de Desenvolvimento Econômico* (SEDE)<sup>11</sup>, dotou o Governo do Estado de Minas Gerais de componente institucional responsável pela coordenação das operações

---

<sup>11</sup> A *Secretaria de Desenvolvimento Econômico* e a *Subsecretaria de Relações Internacionais* foram criadas pela Lei Delegada 57 de 2003.

internacionais, não apenas dos setores-alvo da referida Secretaria, como também do Estado, no que respeita aos seus órgãos da administração direta e indireta. Com efeito, conforme o inciso XII do Artigo 2º compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico *prestar assessoramento às demais áreas do Governo em assuntos internacionais*. Esta competência é reiterada e especificada no Decreto 43.232 de 27 de março de 2003, que estabelece as responsabilidades específicas atinentes a Subsecretaria de Assuntos Internacionais. Assim, conforme o artigo 27 do referido decreto,

*a Subsecretaria de Assuntos Internacionais tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais, a cargo do Estado, relativas às oportunidades de investimentos, de viabilização de financiamentos externos e de promoção de negócios de interesse para o Estado identificados na área internacional.*

Tal finalidade, por sua vez, desdobra-se em competências específicas a seguir sumarizadas:

1. Coordenação do relacionamento institucional e das missões de negociação do Estado junto às agências multilaterais e bilaterais de crédito vinculadas ao financiamento do desenvolvimento e da promoção de investimentos;
2. Manutenção do intercâmbio com instituições bancárias, entidades da iniciativa privada e organizações não governamentais, visando cooperação técnica, financeira e operacional de interesse do Estado e dos setores-alvo da Secretaria;
3. Promoção de estudos visando o fortalecimento do comércio e exportação de produtos estaduais e formação de novos ativos na economia mineira;
4. Manutenção do intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas com vistas à cooperação técnica e financeira para a consecução de programas no âmbito de sua atuação;
5. Estímulo à iniciativa privada para a promoção do Comércio Exterior e a atração de investimentos;
6. Estímulo à viabilização de investimentos externos nas áreas de abrangência da Secretaria;
7. Proposição e participação de/em eventos de interesse da economia mineira no país e no exterior;
8. Proposição, apoio e coordenação de estudos que criem as condições para a produção de bens do conhecimento e para o desenvolvimento de capital intelectual na área de atuação da Secretaria, visando a exportação e investimentos nacionais e internacionais;
9. Promoção do relacionamento comercial da economia mineira com o mercado internacional;
10. Assessoramento das demais áreas do governo em assuntos internacionais;
11. Provisão de informações à comunidade exportadora e às unidades da Secretaria;
12. Promoção do relacionamento com o Ministério das Relações Exteriores.

A análise dessas competências permite depreender três áreas de atuação distintas e articuladas: Relações Internacionais, Comércio Exterior e Promoção de Investimentos. O alinhamento das áreas de atuação da SEAIN/SEDE ao modelo de administração orientado a resultados, implantado pelo governo do Estado de Minas Gerais, foi responsável pelo lineamento das políticas públicas setoriais através de programas prioritários e estruturadores que assinalam suas diretrizes estratégicas, como descritas a seguir:

**(i) Comércio Exterior:** no que respeita à área de Comércio Exterior, a SEAIN/SEDE concentrou seus esforços (1) na construção da logística necessária às exportações de produtos mineiros, em especial no que concerne ao programa de estruturação da “Plataforma Logística da Região Metropolitana de Belo Horizonte”<sup>12</sup>; (2) na promoção da cultura exportadora em Minas Gerais, especialmente no que respeita às pequenas e médias empresas<sup>13</sup>; (3) na melhoria dos fatores de competitividade das empresas mineiras<sup>14</sup>; e, (4) na promoção comercial<sup>15</sup>.

A política de incentivo ao comércio exterior revelada no conjunto de programas gerenciados pela SEAIN/SEDE projeta três áreas de resultados distintas, a saber: (a) criação de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento através do aumento da arrecadação resultante do aumento das exportações das empresas mineiras; (b) geração de empregos e (c) formação de capital, provenientes da instalação de novas empresas em Minas Gerais, a partir, especialmente da plataforma logística do comércio exterior.

**(ii) Relações Internacionais:** a área de Relações Internacionais, por seu turno, desenvolveu dois eixos de atuação distintos e articulados: (1) cooperação internacional<sup>16</sup> e, (2) operações de crédito<sup>17</sup>. Do ponto de vista das Relações Internacionais, as políticas desenvolvidas pela SEAIN/SEDE através de seus programas prioritários, resultaram na criação de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento através da atração de investimentos em projetos de cooperação técnica e empréstimos junto a agências e bancos internacionais. Até 2003, as operações internacionais do Estado de Minas Gerais, a despeito das ações da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial, tinham lugar através de projetos de cooperação técnica desenvolvidos por setores da administração direta junto a organismos internacionais – em especial meio ambiente e educação – e por intermédio dos acordos com províncias irmãs. Nesse sentido, Minas Gerais estabeleceu, desde 1973, acordos internacionais com províncias irmãs, a saber:

a) Yamanashi, Japão (1973) – formação profissional e educacional, tendo como principais desdobramentos as visitas técnicas de estudantes e jovens profissionais à Yamanashi. As ações decorrentes desse acordo também contemplam as áreas de energia elétrica, agroindústria, meio ambiente, mineração, transformação de metais, manufaturas, informática e mão de obra;

<sup>12</sup> Programa Estruturador – Plataforma Logística de Comércio Exterior da Região Metropolitana de Belo Horizonte (410).

<sup>13</sup> Programa Prioritário Exportaminas (538).

<sup>14</sup> Programa Prioritário Minas Exporta com Excelência (551).

<sup>15</sup> Programa Prioritário Promoção da Empresa Mineira Exportadora (532).

<sup>16</sup> Programa Prioritário Minas Além Fronteiras (645)

<sup>17</sup> Programa Prioritário Ajuste Estrutural do Estado de Minas Gerais (618)

- b) Córdoba, Argentina (1993) – cooperação nas áreas de educação, saúde, cultura, serviços, comércio e indústria. Tal acordo teve como desdobramentos a participação de empresas mineiras em feiras, intercâmbio de estudantes, área de prestação de serviços. A atual agenda de trabalho prevê elaboração de estudo sobre logística, realização de seminário, promoção de intercâmbio de jovens, realização de seminário sobre integração regional e viabilização da integração de centros de excelência ligados à pesquisa e práticas de gestão e realização de empreendimentos;
- c) Piemonte, Itália (1993) – cooperação econômica, científica, tecnológica, industrial, cultural e de promoção de investimentos nos setores automobilístico, energia elétrica, alimentício, transformação de metais, informática e setor manufatureiro. Como desdobramento principal, o acordo teve missão governamental e realização de seminário de promoção comercial.
- d) Taegu, Coreia (1994) – troca de experiências em áreas de administração economia, comércio, cultura, esporte, artes, educação e turismo.
- e) Jiangsu, China (1996) – cooperação nas áreas econômica, comercial, científica e tecnológica, cultural e esportiva.

Outros acordos de cooperação comercial e agendas de trabalho foram realizados, sem que, contudo, houvesse estabelecida a relação de irmanamento. Destacam-se, entre esses acordos:

- a) Queensland, Austrália – cooperação nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e indústria minero-metalúrgica;
- b) Québec, Canadá – cooperação nas áreas econômica, científico-tecnológica, industrial e cultural;
- c) Brandemburgo, Alemanha – cooperação nas áreas econômica, ambiental, cultural, científico-tecnológica e turismo;
- d) Shanxi, China – cooperação nas áreas de mineração, siderurgia, energia elétrica, indústria e comércio.

A partir de 2003, a SEAIN/SEDE buscou suplementar os acordos de irmandade com províncias estrangeiras com agendas de trabalho exclusivas dotadas de objetivos e metas específicos e de grupo coordenador, formado pelos atores envolvidos no processo de cooperação, designado para sua gestão.

Podemos perceber que a projeção internacional do estado de Minas Gerais privilegia o incremento do comércio internacional e, ao mesmo tempo, contempla a cooperação técnica e as operações de crédito. Embora apareça no rol de suas motivações o estreitamento de laços transnacionais com entidades subnacionais como as cidades, as três áreas temáticas anteriormente citadas ocupam lugar privilegiado no processo de projeção internacional. Nesse sentido, os programas e projetos de cooperação técnica internacional se estruturam em torno de duas dimensões complementares que devem alinhar-se às estratégias mais amplas de desenvolvimento do Estado:

a. **Cooperação Técnica (ou assistência técnica)** – atividades cujo objetivo é elevar a produtividade dos fatores de produção locais através da assimilação pelo Estado de bens intangíveis como o conhecimento:

- i. Transferência de conhecimentos e habilidades que fortaleçam o capital humano do estado, potencializando o uso de seus fatores de produção;
- ii. Fortalecimento das instituições públicas e das empresas de Minas Gerais quanto ao seu alinhamento em relação aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social;

b. **Assistência Financeira** – atividades cujo objetivo é a provisão dos recursos necessários à construção da infraestrutura do desenvolvimento, impactando diretamente sobre crescimento econômico e sobre o desenvolvimento social.

Desta forma, atendo-se exclusivamente aos fatores referentes às relações internacionais, podemos entender a projeção internacional do estado de Minas Gerais como um processo abrangente de cooperação técnica internacional. Este processo compreende um conjunto de atividades que, relacionando o Estado de Minas Gerais a organismos e agências internacionais, bem como a países e províncias estrangeiras, resultam no incremento de seu capital humano e institucional.



#### **4. A Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais e o Sistema Integrado de Informações**

A opção institucional do Estado de Minas Gerais para a operação de seus programas e projetos de cooperação técnica internacional recaiu sobre uma estrutura horizontal e descentralizada, uma rede humana capaz de articular os setores da administração pública e esses aos centros de ensino e pesquisa.<sup>18</sup> Redes, do ponto de vista administrativo-institucional e de maneira similar àquela vinculam as unidades subnacionais em processos de cooperação internacional, são mecanismos – formais ou informais – de coordenação no interior de uma organização, entre unidades organizacionais, ou mesmo entre organizações. O que distingue as vinculações orientadas por redes de outras formas de coordenação – hierárquicas ou de mercado – diz respeito à horizontalidade dos relacionamentos que têm lugar em seu interior (THOMPSON, 1991).

Com efeito, os atores envolvidos em uma rede cultivam relações baseadas na confiança construída em torno de um interesse comum – a projeção internacional do Estado de Minas Gerais – e em um estoque de conhecimentos compartilhado. A importância do conhecimento como amálgama responsável pela coesão entre os operadores e a consequente coerência e eficiência de suas operações, não deve ser desprezada.

Neste sentido, o acervo de conhecimento acumulado pelos diferentes projetos de projeção internacional do estado de Minas Gerais deve estar disponível de forma a gerar, por meio de instrumentos compartilhados de administração da informação, a integração entre os diferentes setores que atuam na interface externa. A constituição da *Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais* é um recurso eficiente para a transformação das informações em procedimentos para a ação na inserção internacional do próprio estado.

Isto por que, ao contrário da coordenação hierarquizada e de mercado, uma rede de operações internacionais, como a concebida para o atendimento dos propósitos de projeção internacional do estado de Minas Gerais, deve estruturar-se como um ambiente de aprendizagem. Como tal, a rede não se constitui apenas a partir do acúmulo de

---

<sup>18</sup> A Administração Pública do estado de Minas Gerais passou por uma reformulação geral a partir do primeiro Governo Aécio Neves, que reduziu o número de secretarias, bem como introduziu novos parâmetros administrativos, conhecido como “Choque de Gestão”. Para uma melhor do impacto da reforma, vide Anexo I, Quadros I e II.

conhecimentos gerado por suas operações, mas, sobretudo, por meio do processo de aquisição de informações para seu posterior tratamento como conhecimento que informa a ação. Nesse sentido, o processo de aprendizado implicado nas operações da rede revela-se como um processo contínuo de transformação que pode ser apreciado como um ciclo: (i) aquisição de informações; (ii) integração das informações adquiridas no contexto organizacional; (iii) interpretação coletiva da informação e, (iv) operação.

Considerando os fatores enumerados acerca da *Rede de Articulação Internacional do Estado de Minas Gerais*, a perspectiva estratégica da pesquisa se concentrou em torno de três componentes tidos como centrais na formulação e consolidação das atividades de inserção internacional do estado: a) construção do Sistema Integrado da Cooperação Internacional; b) a Gestão da Cooperação Internacional Federativa; c) a Formação de Capital Humano para a Cooperação Internacional.

Cada um desses componentes implicou na coleta de informações específicas sobre determinada área de atuação da cooperação internacional do estado e a sistematização das informações com a finalidade de gerar um Sistema Integrado de Informações assim constituído:

- a) **Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais:** trata-se de um sistema de gestão da informação acerca da cooperação internacional para o desenvolvimento, estruturado em torno de diretórios responsáveis pela indexação das informações acerca dos atores internacionais, nacionais e subnacionais implicados nos processos de cooperação técnica. O Sistema Integrado da Cooperação internacional constitui-se assim no mecanismo com o qual a Rede poderá adquirir informações e processá-las em seus próprios *frameworks*, transformando dados em conhecimentos que deverão orientar suas operações. O Sistema contém os seguintes elementos:
  - i. **Diretório de organismos e agências internacionais:** indexação dos organismos e agências internacionais de caráter bilateral ou multilateral que atuam no território nacional, contendo a identificação de suas linhas de atuação, suas diretrizes e procedimentos, e projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e, em especial, em Minas Gerais;
  - ii. **Diretório de projetos internacionais:** indexação dos projetos de cooperação internacional desenvolvidos em Minas Gerais, bem como de projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e no exterior identificando: órgão executor, órgãos intervenientes, organismo ou agência internacional parceira, objetivos e resultados alcançados;
  - iii. **Diretório de práticas de cooperação internacional:** identificação de programas, projetos e redes de cooperação internacional do interesse do Estado de Minas Gerais.
- b) **Gestão da cooperação internacional federativa:** trata-se de elaboração de processos e métodos de gestão da cooperação internacional com vistas a dotar a Rede de Articulação Internacional de procedimentos homogêneos de operação junto

aos atores internacionais. Tal componente foi construído por meio da identificação de modelos distintos de gestão da cooperação internacional em unidades federativas no Brasil e no Exterior, através de entrevistas e visitas técnicas. Este componente resultou nos seguintes produtos:

- i. **Diretório das Relações Internacionais Federativas no Brasil:** compilação das principais iniciativas no campo das relações internacionais federativas realizadas no Brasil, identificando atores, processos e resultados;
  - ii. **Diretório de Boas Práticas em Cooperação Internacional Federativa:** compilação de experiências exemplares no campo das relações internacionais federativas realizadas no exterior, identificando atores, processos e resultados;
- c) **Formação de capital humano para a Cooperação Internacional:** trata-se de elaboração de produtos destinados à formação do capital humano no campo da cooperação internacional. Tais produtos incluem os seguintes relatórios, destinados à publicação posterior e ao uso didático:
- i. Manual: Cooperação Internacional Federativa;
  - ii. Manual: Organizações Internacionais e as Relações Internacionais Federativas;
  - iii. Biblioteca virtual da cooperação internacional para o desenvolvimento: índice de publicações de referência no campo da cooperação internacional;
  - iv. Glossário da cooperação internacional.

Ao voltar-se para a exploração destes fatores o intuito foi o de fornecer um quadro amplo do processo de cooperação nas diferentes áreas de inserção do estado e das estratégias empregadas em diferentes temas do processo. Ao mesmo tempo, se procede a uma análise exploratório-descritiva da atuação dos diferentes setores da Administração Pública no que se refere à projeção internacional, apontando-se simultaneamente as oportunidades de novas propostas de cooperação tendo em vista, por exemplo, as experiências bem sucedidas e seus reflexos na ordem doméstica subnacional. Mapeado, explorado o produto da cooperação internacional do estado de Minas Geras, o resultado final foi sintetizado nos termos do Sistema Integrado de Informação, disponível na *web* para consulta pública e para a formulação de propostas das diferentes instâncias da administração do estado de Minas Gerais.

#### **4.1. Procedimentos de Pesquisa**

Cada um dos componentes listados exigiu a coleta de informações em diferentes fontes que incluíram desde consulta a organizações internacionais a levantamentos de projetos em arquivos de diferentes instâncias do estado. Cada um dos procedimentos adotados encontra-se especificado na análise de cada um dos componentes e nos Quadros que compõem o Anexo II que acompanha o presente relatório, mas em linhas gerais envolveram os seguintes passos de investigação.

Para a construção do **Sistema Integrado da Cooperação Internacional** identificou-se, em primeiro lugar, as organizações multilaterais, as agências bilaterais, as fundações e as organizações não governamentais que atuam no Brasil e juntamente com estas os programas de interesse do estado de Minas Gerais. Em segundo lugar, foram identificadas as unidades subnacionais e as redes de cooperação internacional federativa que atuam em áreas de interesse e/ou desenvolvam programas convergentes com as demandas de cooperação do estado de Minas Gerais, bem como os Projetos de Cooperação Internacional realizados pelos diversos setores da Administração Pública do estado no período 1991 a 2006. (Anexo I, Quadro III) As informações coletadas foram organizadas a partir de indexadores por modalidade de atuação e/ou área temática do projeto de forma a constituir um sistema de informações acessível ao público de maneira geral e a Administração Pública em especial.

Para a **Gestão da cooperação internacional federativa** foi feito um mapeamento dos projetos e dos programas de cooperação subnacional existentes no Brasil com o objetivo de identificar as iniciativas exemplares no campo das relações internacionais federativas especificando, durante a coleta dos dados, os atores, os processos e resultados obtidos. Procedimento similar foi adotado em relação ao mapeamento das iniciativas exemplares no campo das relações internacionais federativas realizadas no exterior, identificando atores, processos e resultados. O acervo de informações foi sistematizado de forma a indicar os diferentes métodos e processos de administração da cooperação internacional e de maneira a possibilitar a constituição de um banco de dados que discriminasse aqueles referentes à ordem doméstica e os relativos à ordem externa. O banco de dados, por sua vez, foi agregado ao Sistema Integrado de Informações.

Em relação à **Formação de capital humano para a Cooperação Internacional** foi realizado um levantamento dos principais conceitos e palavras-chaves empregados no campo de estudo e análise das relações internacionais e federativas com ênfase na projeção internacional de unidades subnacionais. Estas informações foram levantadas no sentido de atender duas finalidades distintas: a) a construção de um glossário e uma biblioteca virtual de termos e processos que, parte do Sistema Integrado de Informações, contribuiria para a capacitação de recursos humanos da Administração Pública em relação à formulação de estratégias de inserção internacional; o segundo propósito é a criação de um Manual destinado à orientação destes mesmos recursos humanos quando

da formulação de projetos e de estratégias para a inserção internacional do estado de Minas Gerais.

#### **4.2. A construção dos componentes**

O primeiro passo para a construção dos diretórios de cooperação internacional em Minas Gerais foram a construção e a seleção das categorias relevantes para o banco de dados. Nosso objetivo foi o de construir um modelo operacional capaz de prover informação qualificada para a Administração Pública sobre os projetos de cooperação realizados desde 1991. Inicialmente, e para facilitar a coleta inicial de dados e a sua sistematização no Sistema Integrado de Informação, elegemos algumas categorias para por meio dela construirmos os futuros indexadores: *Nome do Projeto*, *Parceiro Externo*, *Administração Pública Executora*, *Classificação do Projeto*, *Área Temática*, *Apoio Previsto*, *Contrapartida*, *Período de Vigência* e *Local de Execução*.

O campo *nome de projetos*, independente da língua original de sua denominação, foi preenchido em português e ele identifica e sintetiza a própria proposta que foi objeto de cooperação. Já *parceiro externo* refere-se aos organismos internacionais multilaterais ou a agências de desenvolvimento bilaterais. Nesse último caso, já que se trata de organismos de natureza não supranacional, tomamos o cuidado de especificar o estado nacional ao qual se encontra vinculada a referida agência bilateral. O enquadramento das informações nestas categorias não apresentou grandes dificuldades, pois seguimos a orientação fornecida pelos próprios organismos e agências e no caso do *nome de projetos* tratou-se somente de reproduzi-los ou de traduzi-lo para o português.

O mesmo não podemos afirmar no que se refere à categoria *Administração Pública*. Nesta acepção entendemos a instância nacional ou subnacional integrante do Estado responsável pela proposta e/ou pela sua execução. Em muitos casos, as informações necessárias a esta categoria não especificavam claramente os organismos ou instâncias responsáveis pelo projeto e/ou pela sua execução. Além disso, no caso de os projetos terem sido executados em colaboração com outras instâncias do próprio Estado, como secretarias, fundações e autarquias, órgãos da administração direta ou indireta não se entreveem claramente quais foram os principais executores e o papel reservado a cada um deles na elaboração e implementação dos projetos. Diante destas dificuldades, optamos por criar uma categoria auxiliar, a de *parceiros domésticos* envolvidos na

execução do projeto. Isto nos permitiu separar as parcerias externa e doméstica, pois no primeiro caso possuíamos a indicação clara de qual instância ou organismo internacional integrava o projeto e, no segundo caso, apenas listamos aqueles que, por informação da Administração Pública, teria possivelmente elaborado ou implementado a proposta do ponto de vista doméstico.

A *Classificação do Projeto* refere-se à natureza da cooperação, se esta era de caráter técnico ou financeiro. Apesar de em um primeiro momento tratarem-se de termos facilmente identificáveis, uma definição clara de quais propostas poderiam ser classificadas como tal, envolveu algumas dificuldades analíticas. Isto porque organismos internacionais e agências externas têm seus próprios critérios para definir a cooperação como técnica ou financeira e, em muitas vezes, isto não corresponde à terminologia utilizada domesticamente ou por outras organizações internacionais. Alguns projetos eram explicitamente classificados pelos próprios organismos doadores de acordo com os parâmetros por eles adotados e quando contrastados ao próprio conteúdo do projeto não correspondia à terminologia utilizada domesticamente ou por outros organismos internacionais. O Banco Mundial, por exemplo, utiliza os termos *operação de crédito reembolsável* e *operação de crédito não reembolsável*, ambos entendidos como cooperação financeira. Já os projetos submetidos a ABC – *Agência Brasileira de Cooperação*, órgão do *Ministério das Relações Exteriores* do Brasil – são classificados como cooperação técnica.

Optamos, nesses casos, por analisar o conteúdo do projeto, seus objetivos e recursos disponíveis, para então classificar a natureza da cooperação. Cabe ressaltar que apesar de existirem procedimentos teóricos que permitem a distinção entre cooperação técnica e financeira na prática os projetos, independentemente de sua natureza, acabam envolvendo a negociação e o desembolso de recursos financeiros. Por exemplo, pode haver uma assistência financeira voltada para a reforma e melhoria da infraestrutura física da Administração Pública como parte fundamental de um projeto que tenha, como objetivo principal, fornecimento de conhecimento técnico para a sua realização. Por outro lado, um projeto de financiamento para a construção de obras públicas pode demandar o *know-how* de especialistas estrangeiros para sua execução. Assim, para a classificação dos projetos o critério utilizado para diferenciar a assistência técnica da assistência financeira foi menos os *inputs* providos para a sua realização, mas o objetivo

que fundamenta a proposta, pois em alguma medida, qualquer processo de cooperação envolve, em maior ou menor grau, tanto o provimento de recursos financeiros como também de *know-how* necessário à sua execução.

A categoria *Área Temática* refere-se ao tema da agenda política internacional a que a proposta do projeto se insere do ponto de vista da cooperação internacional. Tivemos alguma dificuldade em classificar os projetos por Áreas Temáticas já que muitas vezes elas dizem respeito a uma questão específica da agenda internacional, mas são implementadas por instâncias governamentais que não correspondem a esta mesma questão. Assim, tínhamos projetos que teoricamente diziam respeito ao financiamento de infraestrutura de serviços públicos, mas que, de fato, resolviam problemas de pobreza social e foram implantados por órgãos públicos responsáveis por estas políticas. Desta forma, ao invés de classificarmos os projetos pelo teor formal de suas propostas o fizemos pelo setor da Administração Pública que foi por ele beneficiado e/ou que de fato o implementou para solucionar problemas afetos à sua área de atuação.

Tendo em vista o órgão doméstico beneficiado e/ou responsável pela implementação do projeto adotamos o sistema de classificação temático do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento: Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ciência e Tecnologia, Comércio Exterior, Desenvolvimento do Setor Privado, Desenvolvimento Urbano e Moradia, Educação, Energia, Indústria, Investimento Social, Meio Ambiente e Desastres Naturais, Mercado de Capitais, Microempresas, Reforma e Modernização do Estado, Saúde, Saneamento, Tecnologia de Informação, Transporte e Turismo. Além destas Áreas Temáticas propostas pelo BID, julgamos necessária a criação de mais uma área temática, a de Segurança Pública, já que havia projetos destinados justamente à solução de questões a ela pertinentes.

Apesar de *Apoio Previsto* ser facilmente identificável em cada um dos projetos, pois se trata do aporte financeiro negociado e concedido para a sua execução tomamos certo cuidado em relação ao seu registro. Para evitar distorções e problemas de interpretação, utilizamos como registro a unidade monetária original do projeto. Desse modo, temos projetos cujos valores estão sendo considerados em dólares americanos ou em euro, dependendo da moeda utilizada pelo doador. Procedemos da mesma maneira no que se refere à categoria *Contrapartida*, que diz respeito ao valor financeiro desembolsado pela parte conveniada para a implementação e execução da proposta. Mantivemos a unidade

monetária original discriminada no projeto e nos casos em que a contrapartida foi de responsabilidade do Governo da União, e não do estado de Minas Gerais, observamos que se trata de recurso nacional e não estadual.

As demais categorias, *Período de Vigência* e *Local de Execução*, referem-se, respectivamente, ao início e término da execução do projeto e o local físico em que foi implementado. Em relação à primeira categoria não se conseguiu estabelecer claramente o período de vigência, pois em alguns projetos temos o mês e o ano de início e de término da execução da proposta, enquanto em outros se registrou somente o ano. Há casos ainda em que não há informação sobre as datas, mas sabe-se que o projeto está em execução ou que já está concluído. Mesmo assim, nos esforçamos para considerar os três tipos de informação para que se possa mensurar a possibilidade efetiva de implementação e execução do projeto. Situação similar se repete em relação ao local de execução do projeto, pois este também dificilmente aparece com precisão, salvo projetos direcionados para microrregiões específicas. Por isso, nos casos em que não nos foi possível identificar claramente o local, registramos apenas o nome do estado, por presumir que na falta de especificação, o projeto teria abrangência estadual.

Definidos previamente as categorias fundamentais para a construção dos componentes, o passo seguinte foi efetuar um levantamento preliminar dos projetos e ações de projeção internacional do estado de Minas Gerais. A primeira fonte de buscas foi os *websites* das Secretarias de Estado, onde não encontramos nenhuma informação que atendesse aos nossos objetivos. Levantamos, então, as fontes de informação do Governo Federal e nos bancos de dados virtuais da ABC e da COFIEX (Comissão de Financiamentos Externos) e, assim, conseguimos nossos primeiros dados sobre projetos de cooperação internacional do estado de Minas Gerais. Esgotadas as fontes de informações nacionais mapeamos, a partir dos dados fornecidos pela ABC, as organizações e agências internacionais de desenvolvimento e por meio de seus bancos de projetos, levantamos aqueles que objeto de cooperação com o Brasil e demais unidades subnacionais – nelas incluídas o estado de Minas Gerais. Como as propostas estão disponíveis para *download* selecionamos e arquivamos aquelas diretamente relacionadas aos projetos desta investigação e a maioria das propostas de cooperação catalogados no nosso Sistema de Informações provém destas fontes.

Nossa última estratégia para a complementação das informações já coletadas foi o



trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas com os Secretários de Estado da SEPLAG, SES e SETUR para obtermos mais informações e documentos sobre os projetos de cooperação internacional em Minas Gerais. Na SEPLAG nos foi permitido o acesso ao “arquivo morto” para a pesquisa por documentos e contratos dos projetos. Nas visitas ao “arquivo morto” foi realizado o levantamento e o mapeamento das propostas disponíveis e selecionadas aquelas diretamente relacionadas à cooperação internacional do estado de Minas Gerais. Este processo repetiu-se em outros órgãos do Governo Estadual e isto nos permitiu ampliar, ainda mais, o leque de informações sobre a cooperação e a projeção internacional do estado.

Em paralelo a este trabalho foram coletadas, também, informações destinadas a mapear as ações e práticas cooperativas utilizadas pelas unidades subnacionais. Um primeiro grupo destas ações foi aquele de natureza bilateral e se expressa por meio de acordos de irmandade e gemação entre os atores; um segundo grupo de natureza multilateral, se traduz na projeção internacional destas mesmas unidades subnacionais organizadas no formato de redes transnacionais. Foram consideradas as ações e práticas de duas modalidades de atores subnacionais: aquelas empreendidas por agregados regionais subnacionais mais amplos como estados e/ou províncias; aquelas de nível local ou de municipalidades representadas pelas cidades. Como o número de redes constituídas por cidades é infinitamente maior do que aquelas constituídas por estados e/ou províncias, é sobre o entendimento dessa primeira estruturação que debruçamos nossos esforços.

Para a coleta informações sobre as práticas federativas na forma de projeções bilaterais e multilaterais, foram desenvolvidas as seguintes estratégias:

**1ª Etapa:** levantamento em *sites* oficiais de cidades e de governos subnacionais, de acordos de cooperação e/ou irmandades entre estados e capitais brasileiras com similares em outros países. Devido à precariedade das informações disponíveis tivemos que complementar o levantamento por meio de outras fontes de informações – como notícias em jornais, banco de dados de universidades e centros de pesquisa etc. – e, por meio destas últimas, mapear os acordos existentes;

**2ª Etapa:** levantados os dados classificamos as informações de acordo com a sua procedência geográfica: América, África e Oceania, Ásia, Canadá e Europa. Esta tipificação obedece mais a concentração do número de acordos e os vínculos de cooperação por ele estabelecidos, do que critérios de proximidade física e/ou de características geográficas. Esta tipologia nos permitiu concentrar as atenções naquelas partes do globo onde os processos são mais intensos e mapear um número considerável de práticas federativas em todo o mundo;

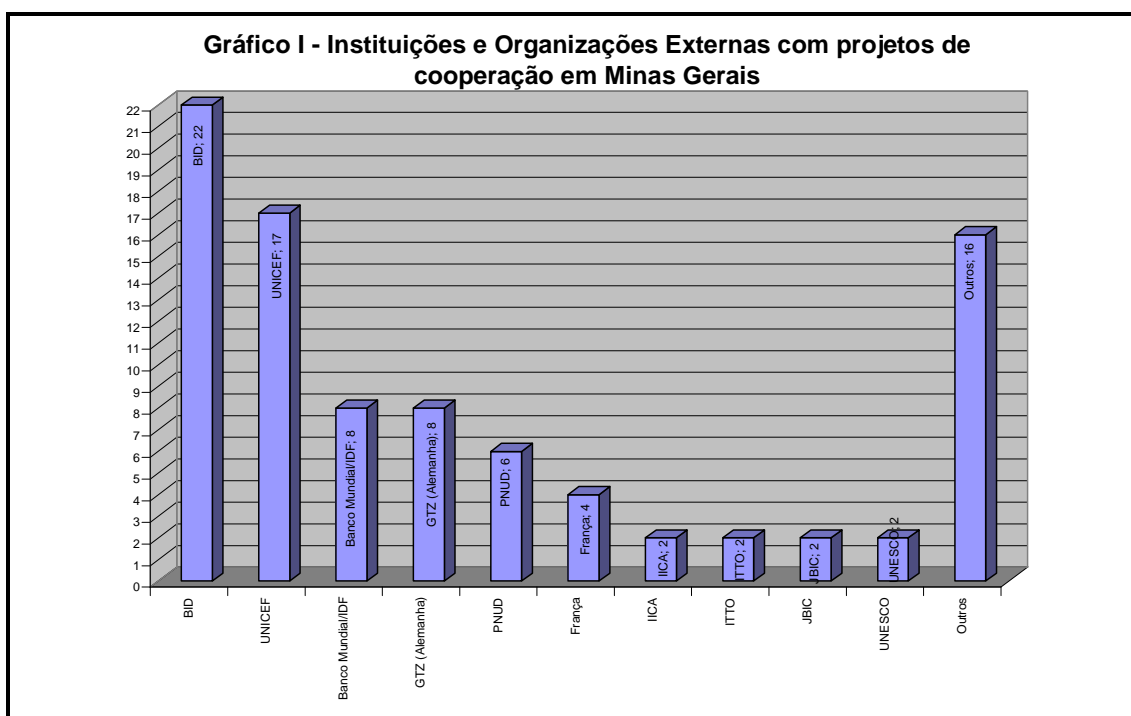
**3ª Etapa:** Por último, e partir das categorias gerais que havíamos estabelecido anteriormente, criamos indexadores para sistematização e armazenamento de informações. Os indexadores foram os seguintes: Nome do Acordo, Membros,

Descrição, Tipo, Alcance, Localização, Nível Federativo, Critérios para Membros, Atores envolvidos, Áreas Temáticas, Motivações, Instrumentos Disponibilizados, Avaliação por instrumentos disponibilizados.

Efetuada o levantamento preliminar de informações, sua classificação nos permitiu formular e construir a versão inicial do banco de dados sobre os projetos de cooperação e, também, a própria estrutura do Sistema Integrado de Informações. O armazenamento paulatino dos dados ao mesmo tempo em que possibilitava testar a própria estrutura de arquivamento e recuperação das informações permitiu-nos, também, analisar a consistência daquilo que foi coletado e realizarmos a crítica das fontes. Muitos projetos estavam incompletos, apresentavam deficiências de formulação ou não dispunham de informações suficientes capaz de atenderem ao requerido pelo sistema de informações. A estratégia utilizada foi a de efetuar um levantamento complementar de forma a suprir o déficit de informações recorrendo a outras fontes oficiais nacionais e internacionais de dados, bem como recorrendo a organismos internacionais direta ou indiretamente envolvidos em projetos de cooperação com unidades subnacionais no Brasil. Voltamos, também, novamente a campo e por meio de entrevistas pontuais com os funcionários das Secretarias de estado responsáveis pelos projetos, complementássemos as informações. Mesmo assim, não nos foi possível coletar todos os dados necessários e alguns dos indexadores não foram totalmente contemplados em muitos dos projetos analisados.

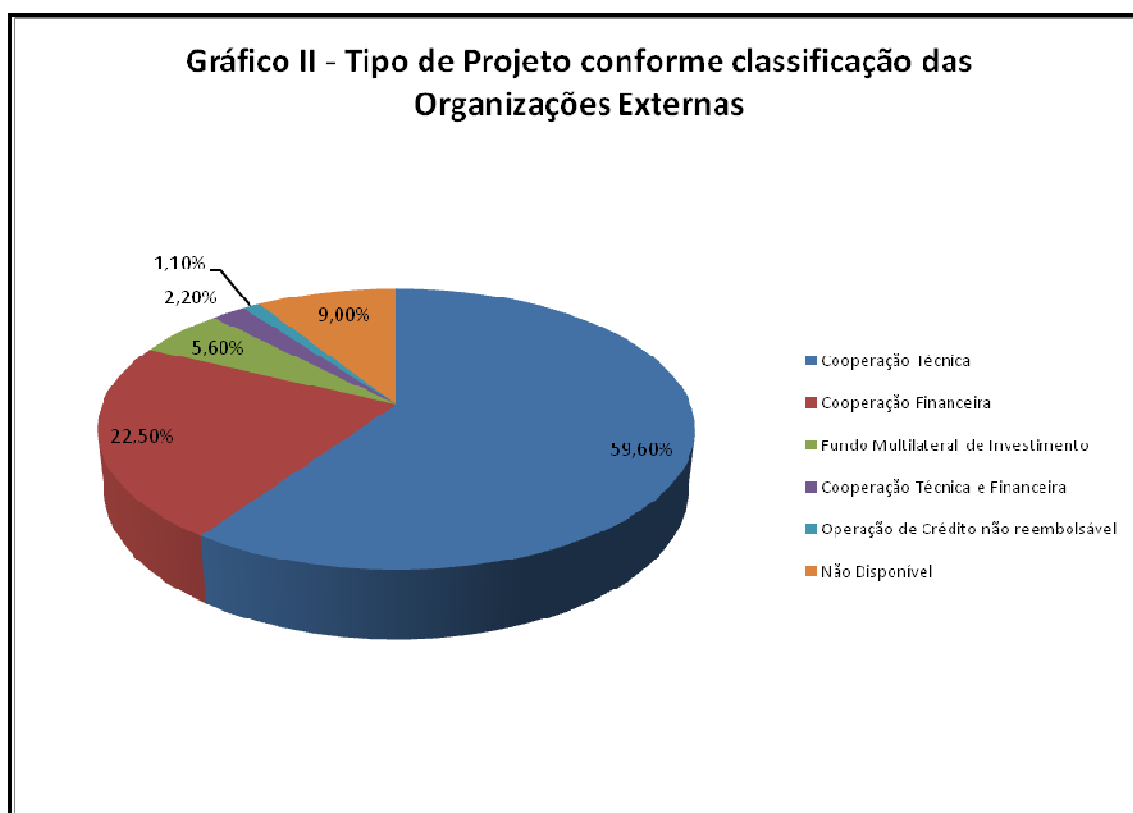
## 5. Análise Descritiva dos Resultados

Foram mapeados 89 projetos realizados em parceria com Administração Pública de Minas Gerais, listados por ordem alfabética no Quadro III do Anexo I. Em muitos desses projetos não consta explicitamente qual a Secretaria de Estado responsável pela execução. Não obstante, foi possível identificá-las através de consulta complementar a institutos, autarquias, fundações ou outros órgãos subordinados ou a elas vinculados.



Um total de 27 organizações externas possui algum tipo de projeto de cooperação internacional com Minas Gerais, dentre elas organismos internacionais, agências de desenvolvimento e entidades da sociedade civil como ONGs e institutos de pesquisa. No Gráfico I estão especificadas as organizações e o número de projetos que elas desenvolvem ou desenvolveram no estado. Podemos perceber que os organismos multilaterais e as agências internacionais de desenvolvimento concentram o maior volume de projetos realizados com a administração pública mineira. Em primeiro lugar, em relação ao número de projetos, está o *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (BID) que desde 1991 realizou 22 projetos em Minas. Em seguida está o UNICEF – *Fundo das Nações Unidas para a Infância* – com 17 projetos. Também é relevante a participação do Grupo Banco Mundial (8 projetos), GTZ – *Cooperação Técnica Alemã* – (8 projetos), PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* – (8

projetos) e agências do Governo francês (4 projetos). Os demais projetos distribuem-se por um elenco de atores que compreende tanto agências internacionais, de governo e organizações não governamentais<sup>19</sup>.

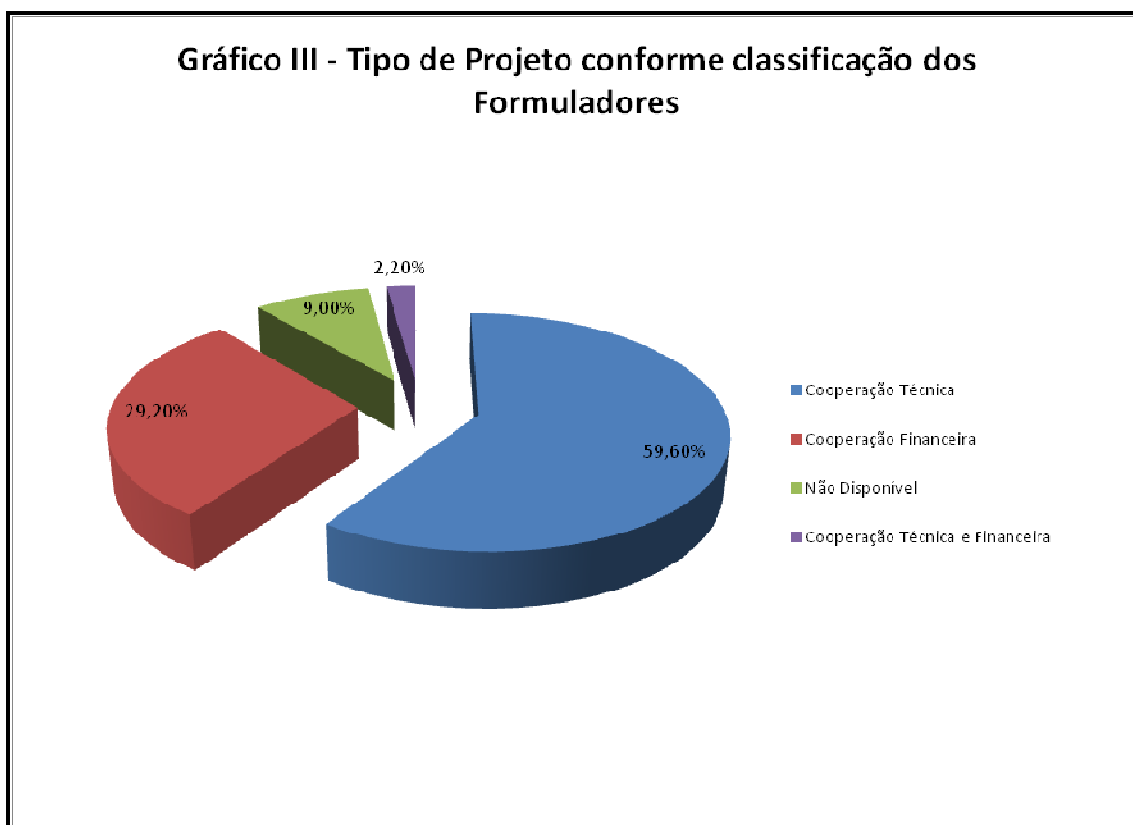


Devido às variadas formas de classificação de projetos pelos organismos internacionais, para melhor descrever os resultados, optamos por duas formas diferentes de apresentação das informações. O Gráfico II contém a tipologia encontrada nos próprios projetos de cooperação, em que se diferenciam operações de crédito reembolsável, operações não reembolsáveis e fundo multilateral de investimento, todos como tipos diferenciados de cooperação financeira. Podemos perceber que mais da metade das propostas (59,60%) são enquadradas como cooperação técnica, 22,50% como cooperação financeira e os demais percentuais distribuem-se pelas outras modalidades de cooperação.

Já no Gráfico III, em conformidade com as categorias utilizadas nesta pesquisa, organizamos as propostas de acordo com três tipos de classificação: cooperação técnica,

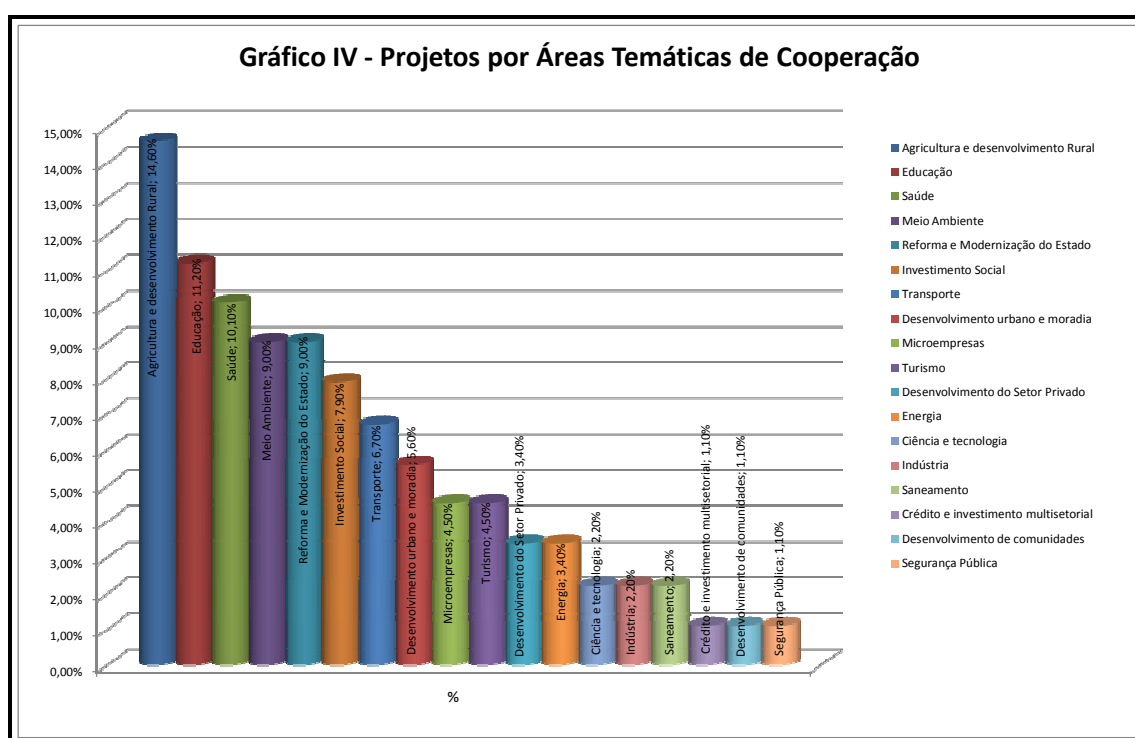
<sup>19</sup> A categoria "Outros" compreende os seguintes organismos: ARCO - Cooperativa Francesa; ASSOCIAZIONE PER LA PARTECIPAZIONE ALLO SVILUPPO (APS); Aventis Behring (Alemanha); Centro de Inmunoensayo (Cuba); CENTRO MISSIONARIO DIOCESANO DI ALBA; CICC (Espanha); Cities Alliance; COOPERATIVA INTERNAZIONALE PER LO SVILUPPO (CIS); Empresa Hospitalera Niguarda Cà Granda; GRUPPO PROGETTO DI SOLIDARIETA (Piemonte); Héma-Quebec; Japão - JICA; KfW/BMZ (Alemanha); OIT; Ong fertile - França; UNDCP=UNODC. Cada uma destas organizações possui um projeto de cooperação em Minas Gerais.

cooperação financeira e cooperação técnica e financeira. Nesse último caso, separamos o tipo de operação de crédito, se esta ocorreu ou não sob a forma de empréstimo e os agregamos à modalidade cooperação financeira. A cooperação técnica continua predominando como modalidade de maior volume de propostas, fato que autoriza algumas inferências sobre o processo de projeção internacional do estado de Minas Gerais.



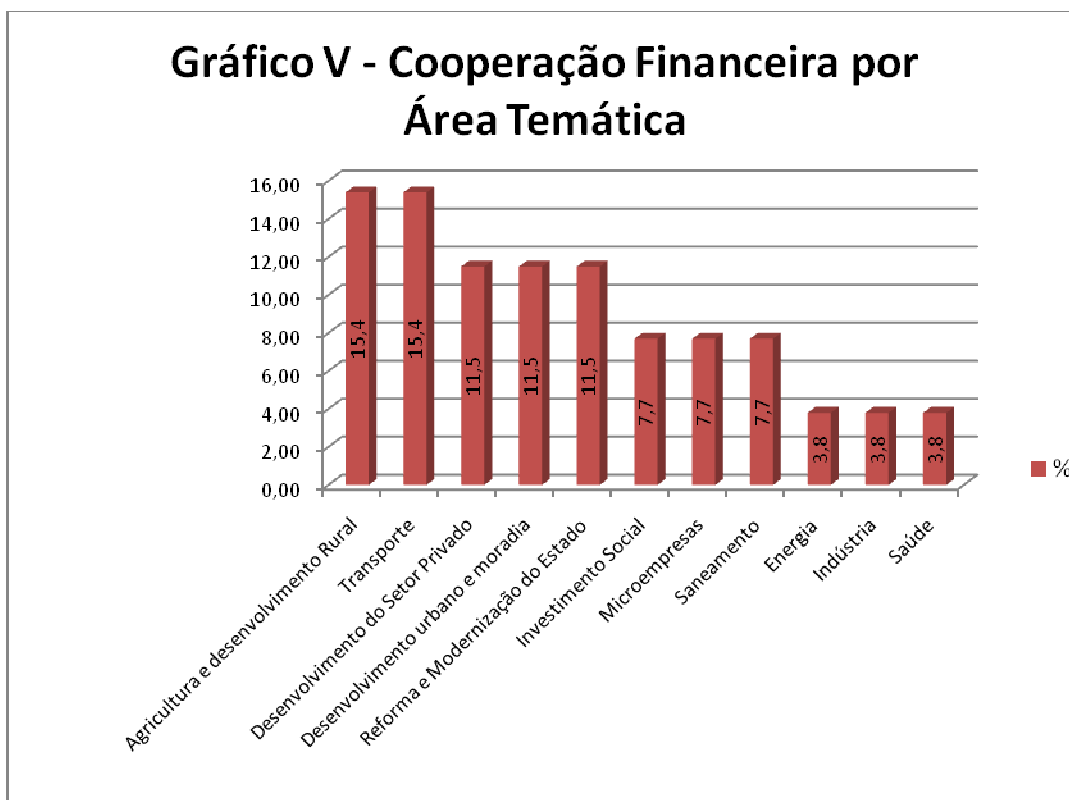
A maior parte dos projetos executados em Minas Gerais é de caráter técnico, ou pelo menos, são classificados pelos cooperantes como técnicos. A presença de projetos financeiros também é expressiva, embora poucos organismos forneçam a informação sobre o tipo de acordo estabelecido, isso é, se o capital é transferido sob a forma de empréstimo ou de investimento a fundo perdido. Esses dados convergem para a proposta do governo de Minas sobre a estruturação das políticas públicas a partir de sua articulação com organismos internacionais, já que do ponto de vista das Relações Internacionais, as políticas desenvolvidas pela SEAIN/SEDE através de seus programas prioritários, têm como área de resultados a criação de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento através da atração de investimentos em projetos de cooperação técnica e empréstimos junto a agências e bancos internacionais.

Essa característica a cooperação do estado de Minas Gerais pode ser compreendida com maior acuidade quando analisamos as áreas temáticas em que ela se realiza. Os projetos abrangem um conjunto de 20 áreas temáticas (Gráfico IV) que cobrem um vasto leque de atribuições estatais e de políticas públicas a elas inerentes. As áreas mais expressivas em Minas Gerais são agricultura e desenvolvimento rural (14% do total de projetos), educação (11%), saúde (10%), meio ambiente e reforma e modernização do estado (9% respectivamente), investimento social (8,5%), transporte (7%) e desenvolvimento urbano e moradia (6%). Independentemente do mérito da prioridade concedida a esta ou aquela área temática, podemos perceber que a maioria dos projetos contempla algumas prioridades domésticas combinadas à disponibilidade de investimentos externos de forma a capitalizar a oferta de crédito para a implementação de políticas domésticas, muitas delas com aporte de recursos insuficientes do ponto de vista do Governo da União.

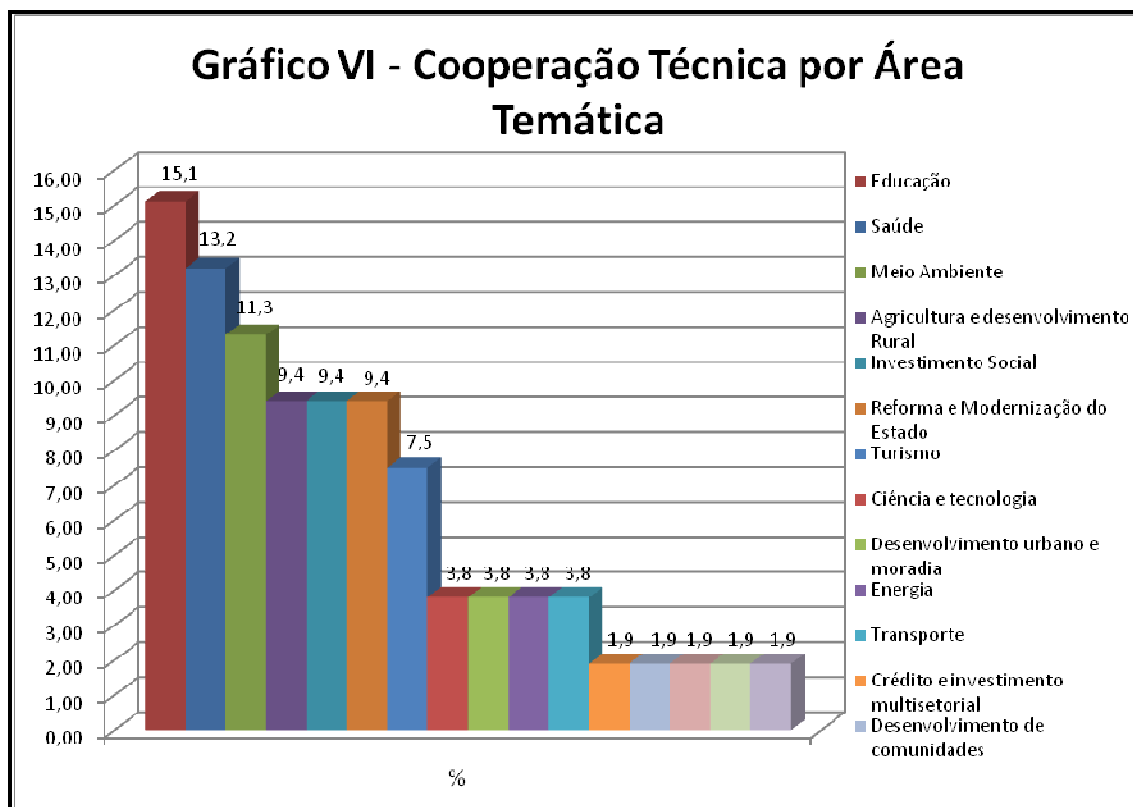


É interessante, também, observarmos a distribuição dos tipos de projeto de cooperação por área temática. A combinação das informações apresentadas nos gráficos II e III com a classificação por áreas temáticas permite-nos elucidar como elas incidem em projetos específicos (Gráfico V). Podemos perceber certa discrepância entre áreas temáticas na distribuição das informações. Das 20 áreas temáticas, 11 são contempladas com

recursos externos. Destacam-se os setores da agricultura e desenvolvimento rural (4 projetos), transporte (4 projetos), desenvolvimento do setor privado (3 projetos) e reforma e modernização do estado (3 projetos). Cabe considerar que os 3 projetos sobre o setor privado catalogados no banco são do tipo financeiro, enquanto os demais apresentam caráter técnico.



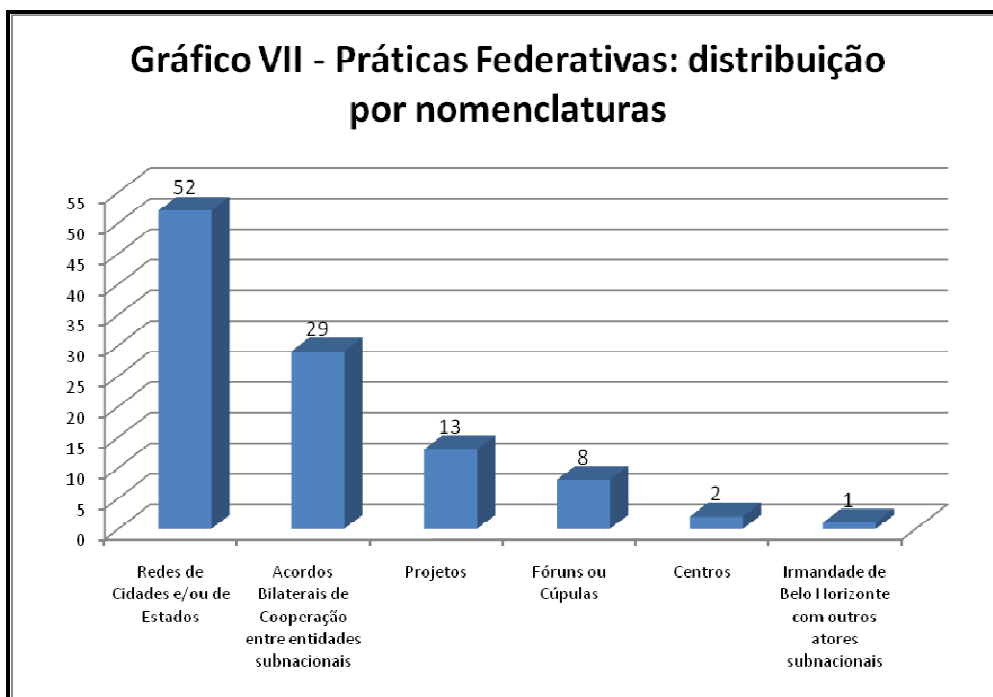
As informações apresentadas no Gráfico VI seguem a mesma distribuição lógica da anterior, mas refere-se aos projetos de caráter técnico, ou seja, que não compreendem a mera captação de recurso, mas também envolvem capacitação em algum setor específico. Do total de 53 projetos classificados como sendo de Cooperação Técnica, 15,1% concentram-se em cooperação na área de Educação, seguidas das áreas de Saúde (13,2%) e de Meio Ambiente (11,3%). É interessante perceber que estas três áreas temáticas não constam no grupo dos projetos de cooperação financeira. Os demais projetos distribuem-se pelas áreas temáticas de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Investimento Social e Reforma e Modernização do Estado (9,4% respectivamente). Áreas como Ciência e Tecnologia apresentam baixo percentual de projetos, 3,8%, ao lado de Desenvolvimento Urbano e Moradia.



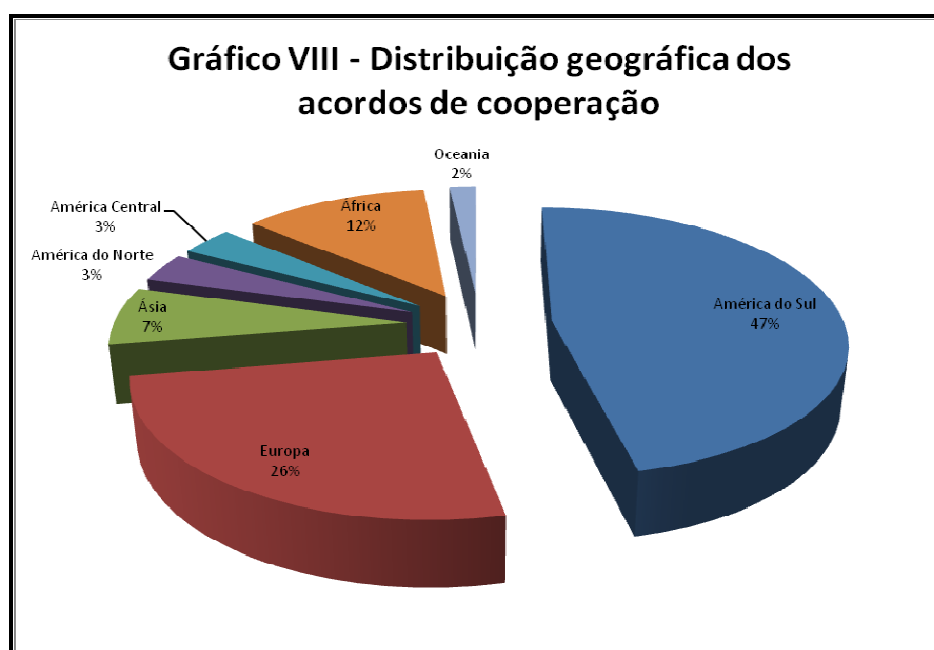
Contrapondo-se o quadro de cooperação apresentado pelo estado de Minas Gerais a outras práticas existentes pelo mundo deparamo-nos com seguinte quadro. Foram levantadas 105 práticas federativas em todo o mundo em que estão envolvidas unidades subnacionais brasileiras, e a sua distribuição pelas categorias de análise apresentam certas peculiaridades quando comparadas às práticas da administração pública mineira. A maioria das práticas concentra-se na formação de redes de cidades ou estados (52), seguidas de acordos bilaterais de cooperação de diferente natureza (29). As diversas formas de envolvimento das unidades subnacionais compreendem além, destas duas principais categorias, algum tipo de interação com atores externos na forma de fóruns, cúpulas, assembleias, conferências, conselhos etc.

Podemos perceber que enquanto o Governo de Minas Gerais privilegia em sua projeção internacional projetos voltados para a captação de recursos, há um movimento das demais unidades subnacionais para a formação de redes ou para a participação em algum foro que reúnam entidades federativas. Há uma ênfase também na constituição de acordos bilaterais de cooperação, o que pode apontar, ainda que não tenhamos verificado diretamente, para certa preocupação com a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos em áreas temáticas específicas, como ocorre no caso de Minas Gerais.

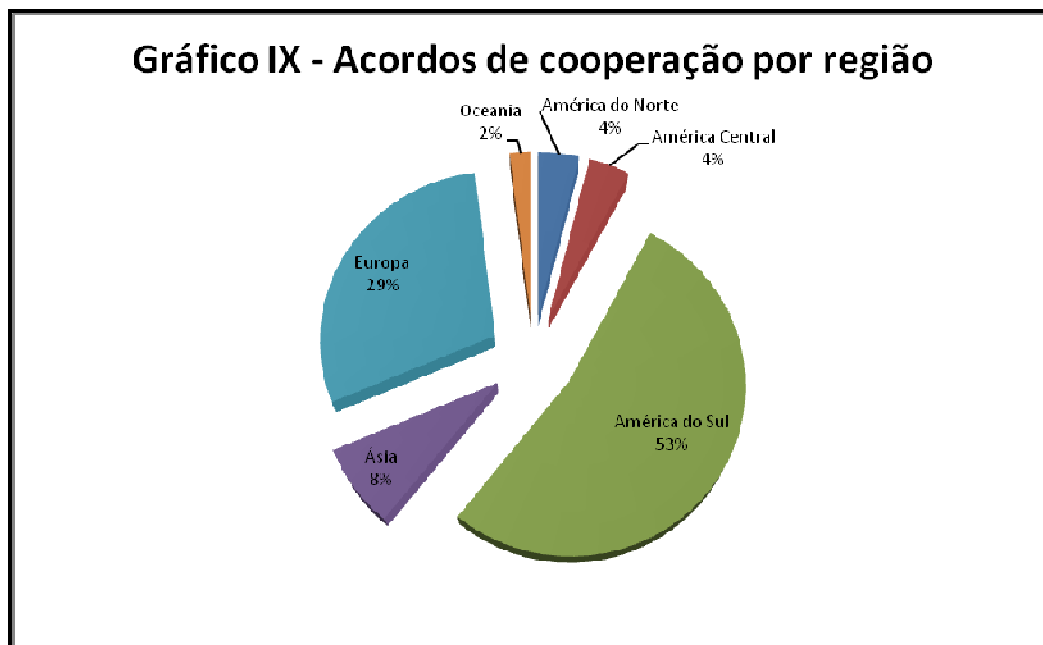




A maioria das práticas federativas se concentra em algum tipo de cooperação com estados ou entidades subnacionais situadas na América do Sul (47%) e na Europa (26%) (Gráfico VIII). Tal concentração talvez seja explicada no primeiro caso pelos avanços do processo de integração latino-americano e pelos laços históricos do Brasil com vários estados do continente europeu que remontam ao próprio Império e a República. Apesar da retórica do Governo da União acerca do estreitamento dos laços com os afrodescendentes ou com os países africanos de língua portuguesa são poucos os processos de cooperação com a África (12%).



Mesmo assim a cooperação com a África supera àquela empreendida com os estados da América do Norte e América Central (3% respectivamente) o que pode ser um reflexo da recente postura do Governo da União acerca do estreitamento das relações Sul / Sul. É relativamente reduzido, quando se comparam os acordos firmados com a América Latina e com o continente europeu, com aqueles realizados com atores subnacionais da Oceania (2%) e a Ásia (7%), ainda que no caso desta última se supere as relações com a América do Norte, por exemplo.



Quanto aos acordos de Cooperação, 2 foram assinados por atores subnacionais da América do Norte, 2 por atores subnacionais da América do Central, 27 por atores subnacionais da América do Sul; 4 por atores subnacionais da Ásia; 15 por atores subnacionais na Europa; e 1 por atores subnacionais na Oceania. Há que fazer uma ressalva quanto aos números apresentados. Como se pesquisou os acordos estabelecidos por entidades federativas brasileiras com o exterior, os totais expressam o universo de pesquisa, excluindo-se, portanto, acordos de outros atores subnacionais não brasileiros.

Portanto, pode-se concluir que, do universo total de acordos pesquisados, 53% foram com entidades subnacionais da América do Sul e 29% com entidades situadas no continente europeu (Gráfico IX). Os demais acordos de cooperação se distribuem entre a Ásia (8%), América do Norte e América Central (4% respectivamente) e Oceania (2%). Nota-se, então, que a maioria dos acordos de cooperação assinados por entidades federativas brasileiras é feito com países da América do Sul e da Europa,

acompanhando-se, assim, a tendência já verificada na distribuição regional dos acordos (Gráfico VIII), mas configura uma situação diferente em relação à América Latina. Considerando-se apenas os acordos assinados entre entidades subnacionais da América do Sul o total supera aqueles verificados com a América do Norte, o que pode significar que de uma maneira ou de outra, o discurso de integração regional tem surtido algum efeito na projeção internacional dos atores subnacionais brasileiros.

## 6. O Sistema Integrado de Cooperação Internacional

As análises descritivas feitas anteriormente foram efetuadas a partir de dados armazenados no Sistema Integrado de Cooperação Internacional. Todas as informações coletadas durante a pesquisa, tanto aquelas relativas às ações de internacionalização realizadas pelo Governo de Minas Gerais e as referentes às práticas federativas de projeção externa de unidades subnacionais, foram processadas e organizadas de forma a gerar um sistema de informações, um dos produtos desta pesquisa, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional de Minas Gerais. (Anexo IV)

Este sistema é um recurso para a gestão horizontalizada de informações relativas às ações e experiências de cooperação e de projeção internacionais empreendidas pela administração pública do estado de Minas Gerais. Trata-se de uma ferramenta administrativa informatizada, concebida para operar em ambiente *Windows*, destinada a cumprir três objetivos básicos:

- a) centralizar, em uma mesma base de dados, os diferentes projetos de cooperação e de projeção internacionais elaborados e implantados pelos diferentes níveis da administração estadual;
- b) disponibilizar, em níveis de acesso diferenciado, as referidas informações para o público de maneira geral e os administradores públicos em particular;
- c) subsidiar o processo de atuação internacional das diferentes instâncias da administração pública, provendo-lhes informações atualizadas sobre as oportunidades de cooperação e de captação de recursos no cenário internacional.

Assim, além de reunir as experiências de cooperação e projeção internacional dos diversos níveis de administração pública no estado, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional permite o compartilhamento destas mesmas experiências favorecendo a coordenação política do processo de internacionalização do estado de Minas Gerais.

O sistema de informação é composto de três diretórios, uma biblioteca virtual e um glossário de termos e conceitos sobre cooperação internacional. Cada um destes elementos reúne o seguinte grupo de informações e dados:

- a) **Diretório de Projetos** – reúne as propostas de cooperação internacional em andamento ou já executadas em Minas Gerais, desenvolvidas pelos diversos níveis da administração pública estadual. Compreende uma pequena apresentação dos projetos, sua situação atual, o órgão executor e caso seja do interesse do usuário da administração pública, este poderá solicitar o acesso ao projeto que for objeto de seu interesse;

- b) **Diretório de Práticas** – reúne informações sobre as práticas de internacionalização das unidades subnacionais brasileiras nos níveis estadual e municipal. Além de apresentar as práticas, os dados indicam os parceiros externos das unidades subnacionais, o tipo de cooperação que estabelecem entre si e a origem geográfica dos parceiros. Trata-se de um excelente recurso administrativo para se acompanhar as tendências de internacionalização no Brasil, compará-las as ações executadas pelo estado de Minas e, a partir deste processo, localizar novas oportunidades de cooperação;
- c) **Diretório de Organizações Internacionais** – relação de agências intergovernamentais, estatais e privadas de cooperação internacional de diferentes modalidades. O objetivo é facilitar a formulação de propostas de cooperação e de projeção internacional das unidades subnacionais oferecendo-lhes orientações acerca das agências, das temáticas em que operam e as modalidades de financiamento e de propostas que geralmente apoiam e desenvolvem.
- d) **Biblioteca Virtual** – acervo de informações técnicas sobre a cooperação internacional, de seus procedimentos e processos de efetivação. O objetivo é reunir um grande estoque de informações que oriente os formuladores de propostas de cooperação internacional, oferecendo-lhes o conhecimento necessário para a elaboração e implantação de projetos.
- e) **Glossário** – léxico de termos, conceitos e verbetes relacionados à cooperação internacional. (Anexo III)

Além destes componentes, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional possui, em sua página inicial, um painel de notícias sobre a cooperação no Brasil e no mundo. O objetivo é prover de informações a administração pública, e os demais usuários em geral, acerca de processos de cooperação em andamento, as oportunidades em aberto para apresentação de propostas, assim como atualizar o conhecimento acerca do tema.

O sistema de informações ficará disponível na Internet para consultas públicas e específicas da administração pública. As consultas públicas permitirão acesso ao conteúdo geral das informações e poderá ser efetuada por qualquer usuário via internet. Já as consultas restritas, reservadas a membros dos órgãos públicos estaduais exigirá o cadastramento do usuário, que poderá ser feito diretamente na própria página, e exigirá senha personalizada para acesso às informações. Um terceiro tipo de acesso será exclusivo aos administradores do sistema de informação e por meio dele poder-se-á alimentar o banco de dados e efetuar o seu gerenciamento<sup>20</sup>.

Para que o Sistema Integrado de Cooperação Internacional funcione com eficiência como instrumento administrativo de coordenação das políticas de internacionalização

---

<sup>20</sup> Apesar de já estar concluído, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional ainda não se encontra disponível para consulta na Internet. Aguardamos a conclusão de negociações no interior da própria administração pública do estado de Minas Gerais para decidirmos se o mesmo será hospedado em domínio do próprio Governo ou da PUC Minas. A tendência será, provavelmente, que ele ficará hospedado em servidor do Governo de Minas, mas com as permissões de acesso já estipuladas.

do estado de Minas Gerais, é necessário que se mantenha constantemente atualizado. A renovação das informações sobre cooperação internacional, o cadastramento de propostas e de projetos em andamento ou desenvolvimentos pelos diversos níveis da administração são de fundamental importância para que o sistema de informações alcance resultados positivos para o processo de cooperação internacional. Assim, a implantação de um sistema de gerenciamento ágil exigirá a coleta sistemática de informações sobre os projetos de cooperação no estado, o armazenamento e disponibilização das propostas no sistema de informação e a produção de análises rotineiras que avalie o que está sendo feito e forneça orientações para o desenvolvimento futuro das ações de projeção internacional para os diversos níveis e instâncias da administração pública do estado de Minas Gerais.

## 7. Considerações Finais

Podemos, diante desse breve perfil sobre os projetos de cooperação em Minas Gerais, suas modalidades e áreas temáticas de atuação, elaborar algumas conclusões parciais:

1. O BID, a UNICEF, o Banco Mundial e a GTZ são os organismos cooperantes que mais atuam no estado de Minas Gerais.
2. Prevaecem no estado os projetos de cooperação técnica (53 projetos) seguido pelos projetos de cooperação financeira (26 projetos).
3. As áreas temáticas mais contempladas são agricultura e desenvolvimento rural (13 projetos), educação (10 projetos), saúde (9 projetos), meio ambiente (8 projetos), reforma e modernização do estado (8 projetos), investimento social (7 projetos), transporte (6 projetos) e desenvolvimento urbano e moradia (5 projetos).
4. Os projetos de cooperação financeira incidem com maior recorrência nos setores agricultura e desenvolvimento rural (4 projetos), transporte (4 projetos), desenvolvimento do setor privado (3 projetos) e reforma e modernização do estado (3 projetos).
5. Os projetos de cooperação técnica incidem com maior recorrência nos setores educação (8 projetos), a saúde (7 projetos), o meio ambiente (6 projetos), agricultura e desenvolvimento rural (5 projetos), investimento social (5 projetos), reforma e modernização do estado (5 projetos), turismo (4 projetos).

A característica marcante deste modelo de projeção internacional é que ele combina carências domésticas com oportunidades de financiamento e de cooperação externa. Não é fortuito que o BID encabece a cooperação, já que se trata de uma agência de financiamento e de transferência de recursos destinados a suprir deficiências estruturais e a administração pública mineira soube, bem, aproveitar suas linhas de fomento para projetos específicos. As áreas temáticas contempladas privilegiam ações de natureza macroestrutural voltadas para projetos típicos da atuação dos governos estaduais no Brasil como agricultura, transportes, educação, saúde etc. Isto pode significar que a projeção internacional do estado de Minas Gerais ainda é efetivada a partir de políticas globais que contemplam alguma prioridade estabelecida no nível de Governo, à maneira que procedem as instâncias da União quando desenvolvem políticas setoriais e captam recursos nas agências externas de financiamento.

Essa maneira de proceder, que pode parecer à primeira vista, como uma boa opção de atuação externa deixa, contudo, a descoberto outras estratégias de projeção internacional, também disponível na agenda de cooperação entre unidades subnacionais. Quando contrastada as outras práticas federativas empreendidas por outras unidades, como cidades e até mesmo estados, o grande ausente da cooperação internacional em

Minas Gerais, é a constituição de redes de cooperação internacional. Apesar de o estado manter intercâmbio com províncias como a do Piemonte na Itália ou com cidades-estados como Singapura, a cooperação regional não se caracteriza por privilegiar, como indicam os próprios projetos, a interação em redes internacionais. Talvez esta ausência se explique devido ao baixo envolvimento das cidades e das regiões estaduais no processo de projeção internacional. Do total de projetos mapeados somente cinco deles estão voltados para desenvolvimento urbano e moradia, por exemplo.

Incentivar a participação das cidades, principalmente daquelas de médio e grande porte, talvez seja o grande passo a ser empreendido pela administração mineira no processo de projeção internacional do estado. Isto por que as cidades adquirem cada vez mais, em todo o mundo, forte protagonismo na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação (BORJA e CASTELLS *apud* Rodrigues, 2004) que as conduz, crescentemente, a extrapolar o contexto regional e nacional de suas atuações como atores políticos. Para Rodrigues (2004, p.443), as grandes cidades e as capitais, nacionais ou regionais, adquiriram um perfil que as qualificam, cada vez mais, para recorrerem a ação paradiplomática como instrumento de projeção internacional. A paradiplomacia pode ser entendida como

*o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional (PRIETO, 2004, p.251).*

Segundo Romero (2004) alguns processos foram essenciais para que as cidades se internacionalizassem e passassem a formar redes de cooperação. O primeiro apontado por ela é o aprofundamento do processo de globalização, já que este que adensa as redes de interdependência, internacionalizando não só as economias locais, como a vida política e cultural das cidades. Com isto, as cidades não são apenas o *habitat* humano, mas passam também a ser o local por excelência onde se desenvolve as economias de uma determinada sociedade. Esta mudança no papel das cidades, além de conduzir a novas relações entre o Governo Central e o território subnacional, se viu ainda mais reforçado pelos processos de integração regional que os estados nacionais passam a integrar. No contexto da integração regional, os governos locais *enfrentam o desafio de dar a resposta ao leque de oportunidades e ameaças derivadas do entorno imediato da integração regional* (ROMERO, 2004, p. 406) que terminam incidindo sobre os



problemas urbanos e exigindo respostas no nível das administrações regionais e municipais.

Esses desafios requerem novas formas de administração pública da cidade e o modelo escolhido por algumas delas é o de planificação estratégica urbana. Segundo Romero (2004, p. 407) trata-se de *um modo de gestão que busca conjugar coletivamente uma visão estratégica sobre o futuro da cidade, com capacidade motivadora, e orientadora das atuações individuais, identificando um cenário desejado e um caminho para alcançá-lo*. Este modelo faz com que a cidade passe a se pensar como um ator em uma determinada região, perspectiva esta de região repensada como uma estrutura flexível, e não limitada em um território dentro de uma jurisdição e a partir deste novo sentido conferido à região, emerge a iniciativa de atuação em redes de cidade. Para sua projeção internacional, as estratégias de participação de integração regional e em redes de cidade parecem ser as que melhor respondem aos desafios de gestão urbana.

Assim, as cidades redefiniram seu papel internacional, regional e nacional em resposta aos impactos e oportunidades propiciados pelo próprio processo de integração regional. Pode-se ler esta afirmação sob duas leituras diferentes. Primeiramente, pela perspectiva do próprio processo de integração, as subunidades teriam um papel importante no aprofundamento do processo de integração em nível local, pois nelas são estimulados os intercâmbios comerciais, educacionais e profissionais, e é nelas que a sociedade civil se articula (ROMERO, pp. 411-412). A outra perspectiva é pelo nível dos territórios integrados, por onde os cidadãos sentem os impactos e oportunidades da integração, sejam eles: a) condições do mercado ampliado, que impactam nas estratégias empresariais locais e na estrutura produtiva local; b) os desequilíbrios regionais ou o aprofundamento deles; c) a agudização de certas problemáticas urbanas como migração, transporte e comunicações; d) mecânicas horizontais de aproximação de atores sociais e sua organização neste espaço integrado (ROMERO, 2004, p.415).

A conclusão que se pode chegar pelas perspectivas apontadas por Romero, Rodrigues e Uwe é que, não há como pensar na projeção internacional de estados e províncias sem levar em consideração a ação internacional das cidades e mudanças na legislação interna e nos acordos estabelecidos para que o processo integrativo seja favorável à sua atuação. Cabem as unidades subnacionais, como estados e províncias, em que as cidades estão localizadas coordenar horizontalmente as ações internacionais das cidades de forma a

combinar, na projeção e na cooperação externa, suas demandas específicas com as políticas macroestruturais pretendidas pela administração regional.

Dessa maneira, a administração do estado de Minas Gerais deve atentar para o papel das cidades mineiras em seu processo de internacionalização. Os vários projetos setoriais em que desenvolve suas práticas externas devem ser complementados com a participação mais ativa das administrações municipais. É claro que isto enfrenta obstáculos do ponto de vista do pacto federativo e das limitações impostas pela centralização da política externa nas mãos do Governo da União. Contudo, o êxito em buscar parcerias e projetos externos combinando oportunidades externas de financiamento e problemas estruturais domésticos, abre possibilidades para que a projeção internacional das cidades possa ser incorporada ao processo de internacionalização do estado de Minas Gerais. Basta que demandas localizadas das administrações municipais sejam contempladas de maneira mais relevante na política de internacionalização estadual de forma a favorecer iniciativas das próprias cidades na elaboração de suas propostas de ação internacional, respeitando-se as prioridades regionais do estado.

O pressuposto para tal é a constituição de um processo de cooperação e de projeção internacional de cunho mais horizontal em que a administração estadual, por meio de instâncias especializadas, coordene o processo a partir de suas prioridades políticas, integrando os diversos níveis de gestão, aqui incluídas as municipalidades, e as suas demandas específicas e setoriais. É necessária a capacitação de recursos humanos nos diversos níveis da administração estadual e municipal no sentido de formação de um quadro técnico capaz de elaborar e implantar proposta de internacionalização a partir das características peculiares do estado de Minas Gerais combinando-as as oportunidades existentes no ambiente externo<sup>21</sup>.

O Sistema Integrado de Cooperação Internacional em Minas Gerais, ao catalogar projetos realizados pela administração pública mineira, isto é, projetos cujo contrato teve a participação das secretarias estaduais e demais instâncias e órgãos do estado, constitui um bom recurso para a gestão horizontal nos termos assinalados. Mesmo que

---

<sup>21</sup> Um dos produtos da presente pesquisa era a elaboração de um manual de cooperação internacional. Contudo, a elaboração de tal manual depende das diretrizes políticas estaduais em termos dos rumos do próprio processo de projeção internacional. A incorporação das cidades e a sua integração em redes exigiria a consideração de uma série de elementos que, devido às características da projeção internacional do estado, não poderia ainda serem pertinentes na elaboração do referido manual.

não tenham sido considerados os projetos de cooperação executados por agentes privados, os projetos executados por prefeituras municipais e os projetos de âmbito nacional, ainda que realizados em Minas Gerais, ele permite um bom quadro das propostas já efetuadas e daquelas ainda em andamento.

Ainda que pesem os problemas relativos às informações incompletas acerca dos projetos, a ausência de um sistema de arquivamento eficiente, a dispersão das propostas pelas diferentes e a dependência, para o acesso às experiências, do contato direto com os próprios formuladores ou participantes desta ou daquela experiência, o Sistema Integrado conseguiu reunir boa parcela das práticas e experiências internacionais acumuladas ao longo dos anos pela administração pública de Minas Gerais. As informações, ao serem disponibilizadas via *web*, permitirão o acesso dos diferentes órgãos e níveis de governo ao acervo de conhecimento na área de internacionalização do estado e como, também, fornecerão parâmetros para novas iniciativas, quer no nível regional ou municipal. A alimentação constante do sistema com novas informações sobre projetos de projeção internacional, além de manter atualizada a administração pública no estado, permitirá a coordenação horizontal nos termos aos quais fizemos referência ao longo deste trabalho.

Assim, o Sistema Integrado de Cooperação Internacional sintetiza toda a proposta de pesquisa. Todas as informações e dados coletados nos diferentes componentes alimentam a sua constituição tanto do ponto de vista do acervo de informações para a consulta de projetos, programas e processos, bem como para a oferta de subsídios à Administração Pública. Desta forma, apesar de constituir-se em um dos produtos que integra a própria pesquisa, trata-se mais de um resultado final dos demais procedimentos de pesquisa do que um elemento a partir do qual se origina todo o processo.

## 8. Bibliografia Consultada

- ALDECOA, F. and KEATING, M. (eds) (1999) **Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments**. London: Cass.
- BALTHAZAR, Louis. (1993) **Trente ans de politique extérieure 1960-1990**. Quebec: Septentrion.
- BORJA, Jordi (1996). “As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana.” In: FISCHER, Tânia. (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- BRÜHL, Tanja e RITTBERGER, Volker. (2001). “From international to global governance: actors, collective decision-making and the United Nations in the world of the twenty-first century”. in RITTBERGER, Volker. **Global Governance and the United Nations System**. Tóquio: United Nations University.
- CARTA DE PORTO ALEGRE**. Porto Alegre: 24 a 25 de setembro de 1996.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. (2003) Brasília: Senado Federal.
- DUCHACEK, Ivo, (1990) “Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations”. in Michelmann, H. & Soldatos, P. (eds.) **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon.
- HOCKING, B. (1993). **Localizing Foreign Policy: Non-Central Governments and Multilayered Diplomacy**. Basingstoke: Macmillan.
- KEATING, Michael. (2004). “Regiones y asuntos internacionales: motives, oportunidades y estrategias”. In: VIGEVANI, Tullo *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo, Educ/Unesp/Edusc.
- KEOHANE, Robert & NYE Joseph. (2000). “Introduction”. In NYE, Joseph and DONAHUE, John. (eds.) **Governance in a Globalizing World**. Washington D.C. Brookings.

- KEOHANE, Robert O. (1994) "International Institutions: Two Approaches". In: KRATOCHWIL, Friedrich e MANSFIELD, Edward D. (Editors). **International Organization: A Reader**. New York: HarperCollins College Publishers.
- KINCAID. (1999) "The International Competence of US States and Their Local Governments". In ALDECOA, F. and KEATING, M. **Paradiplomacy in Action. The Foreign Relations of Subnational Governments**. London: Frank Cass.
- KUGELMAS, Eduardo e BRANCO, Marcello Simão (2005). "Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo". In: WANDERLEY, L. E. W. e VIGEVANI, T. (orgs.), **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo, Educ/Editora da Uunesp/Fapesp, pp. 161-188.
- LECOURS. (1992) "Paradiplomacy: Reflections on the Foreign Policy and International Relations of Regions". **International Negotiation**, v.7, n.1, pp. 91-114.
- LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana (1996). "Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais". In: FISCHER, Tânia. (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- MICHELMANN, H. & SOLDATOS, P. (eds.) (1990) **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon.
- MITCHELL, James e LEICESTER, Graham. (1999). **Scotland, Britain and Europe: diplomacy and devolution**. Disponível em: [http://www.scottishpolicynet.org.uk/scf/publications/oth16\\_diplom/contents.shtml](http://www.scottishpolicynet.org.uk/scf/publications/oth16_diplom/contents.shtml), 12/05/05.
- PHILIPPART, Eric. (1998). "Gouvernance à niveaux multiples et relations extérieures: l'ê développement de la 'para-diplomatie' et la nouvelle donne belge", **Études internationales**, n. 29 pp.631-646.
- PRAZERES, Tatiana (2004). "Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional". In: VIGEVANI, Tullo *et all.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo, Educ/Unesp/Edusc. pp. 283-312.
- PRIETO, Noé C. (2004). "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental". In:

- VIGEVANI, Tullo *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo, Educ/Unesp/Edusc.
- RODRIGUES, Gilberto M. A. (2004) “A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro”. In: VIGEVANI, Tullo *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo, Educ/Unesp/Edusc.
- ROMERO, María del Huerto. (2004) “Poder local y Relaciones Internacionales em contexto de Integración Regional. El caso de la red de Mercociudades y la reunión especializada de municipios e intendencias (Grupo Mercado Común).” In: VIGEVANI, Tullo *et al.* (orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo, Educ/Unesp/Edusc.
- ROSENAU, James. (1990). **Turbulence in world politics**. Princeton: Princeton University Press.
- SOLDATOS, Panayotis. (1993) “Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world”. In: BROWN, Douglas; FRY, Earl (Ed.). **States and provinces in the international economy**. California: Institute of Governmental Studies Press, University of California, p. 45-64.
- THOMPSON, Grahame. (1991). **Markets, Hierarchies and Networks: the coordination of social life**. Londres, Sage.
- VIGEVANI, Tullo. (2006) “Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21, Nº 62.

## **ANEXOS**

**Anexo I, Quadro I – Mudanças na Administração Pública de Minas Gerais**

<b>Governo Hélio Garcia – 1991-1994</b>	<b>Governo Itamar Franco – 1999-2002</b>
<p>No governo Hélio Garcia (1991-1994), as Secretarias de Estado foram: Transportes e Obras Públicas (fusão de Transportes e Obras Públicas, em 1992); Fazenda, Educação, Assuntos Municipais (extinta no mandato do próximo governador); Trabalho e Ação Social; Esportes, Lazer e Turismo; Justiça; Comunicação (criada em 1992); Casa Civil; Segurança Pública; Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cultura; Planejamento e Coordenação; Recursos Humanos e Administração; Assuntos Metropolitanos (extinta no mandato do próximo governador); Indústria, Mineração e Comércio; Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente; Extraordinária de Assuntos Internacionais (extinta no mandato do próximo governador);</p>	<p>No Governo Itamar Franco (1999-2002), as Secretarias de Estado foram: as Secretarias de Estado foram: Transportes e Obras Públicas; Habitação e Desenvolvimento Urbano (nova denominação para a antiga Habitação); Educação; Do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente Esportes; Justiça; Comunicação Social; Casa Civil (ambas desmembradas da antiga Casa Civil e Comunicação Social, em 2001); Segurança Pública; Saúde; Fazenda; Pecuária e Abastecimento; Cultura; Planejamento e Coordenação; Recursos Humanos e Administração; Turismo (desmembrada da antiga Comércio, Indústria e Turismo, em 1999); Comércio e Indústria; Ciência e Tecnologia; Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p>
<b>Governo Eduardo Azeredo – 1995-1998</b>	<b>Governo Aécio Neves – 2003-2006</b>
<p>1) No Governo Eduardo Azeredo (1995-1998), as Secretarias de Estado foram: Transportes e Obras Públicas; Habitação; Educação; Do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Fusão da recém-criada secretaria da Criança e do Adolescente e Trabalho e Ação Social, em 1996); Esportes (Transformação da Esporte, Lazer e Turismo em 1997); Justiça; Casa Civil e Comunicação Social (fusão da Comunicação Social e Casa Civil em 1996); Segurança Pública; Saúde; Fazenda; Pecuária e Abastecimento; Cultura; Planejamento e Coordenação; Recursos Humanos e Administração; Comércio, Indústria e Turismo (estabelecida em 1998); Minas e Energia (mudança de nome da antiga Recursos Energéticos, Hídricos e Minerais, em 1996); Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ambas desmembradas da antiga Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente, em 1997).</p>	<p>No Governo Aécio Neves (2003-2006), as Secretarias de Estado foram: Transporte e Obras Públicas; Desenvolvimento Regional e Política (nova denominação para a Habitação e Desenvolvimento Urbano); Educação; Desenvolvimento Social e Esportes (fusão do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente, Esporte e Justiça, em 2003); Secretaria de Estado de Governo (fusão de Comunicação Social e Casa Civil, em 2003); Defesa Social (nova denominação para a antiga Segurança Pública); Saúde; Fazenda; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cultura; Planejamento e Gestão (fusão da Planejamento e Coordenação e Recursos Humanos e Administração, em 2003); Turismo; Desenvolvimento Econômico (fusão de Comércio e Indústria e Minas e Energia, em 2003); Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p>

Aparentemente, é observável o efeito do choque de gestão no Governo Aécio Neves, que reduziu de vinte (20) Secretarias, para quinze (15), excluindo desta contagem as duas Secretarias Extraordinárias: Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA) e a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN).



**Anexo I, Quadro II - Secretarias de Estado do Governo Aécio Neves (2003-2006)**

Secretarias	Órgãos Vinculados e Subordinados
Secretaria de Transporte e Obras Públicas (SETOP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Transportes – CONEST</li> <li>- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG</li> <li>- Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – DEOP</li> <li>- Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A</li> </ul>
Secretaria de Turismo (SETUR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Turismo (CET)</li> <li>- PROMINAS</li> <li>- TURMINAS</li> </ul>
Secretaria de Tecnologia e Ensino Superior (SECTES)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT)</li> <li>- Conselho Nacional de Cartografia (CONCAR)</li> <li>- Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)</li> <li>- Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)</li> <li>- Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)</li> <li>- Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)</li> </ul>
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG)</li> <li>- Conselho Consultivo de Irrigação e Drenagem</li> <li>- Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA)</li> <li>- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável</li> <li>- Conselho Diretor das Ações de Manejo de Solos (CDSOLO)</li> <li>- Fundação Rural Mineira (RURALMINAS)</li> <li>- Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)</li> <li>- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)</li> </ul>
Secretaria de Estado da Educação (SEE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Educação (CEE)</li> <li>- Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE)</li> <li>- Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)</li> <li>- Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM)</li> <li>- Fundação Helena Antipoff (FHA)</li> </ul>
Secretaria de Estado da Saúde (SES)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Saúde (CES)</li> <li>- Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (HEMOMINAS)</li> <li>- Fundação Ezequiel Dias (FUNED)</li> <li>- Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG)</li> </ul>
Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Cultura</li> <li>- Conselho Estadual de Arquivos</li> <li>- Conselho Estadual de Patrimônio Cultural –(CONEP)</li> <li>- Fundação Clóvis Salgado</li> <li>- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG)</li> <li>- Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)</li> <li>- Fundação TV Minas - Cultural e Educativa</li> <li>- Fundação TV Minas - Cultural e Educativa –(TV Minas)</li> <li>- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA)</li> <li>- Rádio Inconfidência Ltda</li> </ul>
Secretaria de Estado de Fazenda (SEFA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais</li> <li>- Caixa de Amortização da Dívida – CADIV</li> <li>- Minas Gerais Participações S.A. – MGI</li> <li>- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários de Minas Gerais S/A. – DIMINAS</li> </ul>
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana</li> <li>- Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL)</li> <li>- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB)</li> <li>- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)</li> </ul>

Secretarias	Órgãos Vinculados e Subordinados
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Participação e Integração da Com. Negra (CCN)</li> <li>- Conselho Estadual do Idoso (CEI)</li> <li>- Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)</li> <li>- Conselho Estadual da Juventude (CEJ)</li> <li>- Conselho Estadual da Mulher (CEM)</li> <li>- Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA)</li> <li>- Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER)</li> <li>- Conselho Estadual de Defesa dos Portadores de Deficiência (CEDPO)</li> <li>- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH)</li> <li>- Conselho Estadual Antidrogas (CONEAD)</li> <li>- Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE)</li> <li>- Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (ADEMG)</li> <li>- Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG)</li> </ul>
Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)</li> <li>- Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)</li> <li>- Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)</li> <li>- Instituto Estadual de Florestas (IEF)</li> <li>- Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)</li> </ul>
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho de Industrialização (COIND)</li> <li>- Conselho Estadual de Energia (CEE)</li> <li>- Conselho Estadual de Geologia e Mineração (CEGEM)</li> <li>- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)</li> <li>- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)</li> <li>- Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI)</li> <li>- Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)</li> <li>- Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG)</li> </ul>
Secretaria de Defesa Social (SEDS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Criminologia e Política Criminal</li> <li>- Conselho Estadual Penitenciário da Região Central</li> <li>- Conselho Penitenciário do Vale do Rio Doce</li> <li>- Conselho Penitenciário do Vale do Rio Grande</li> <li>- Conselho Penitenciário do Paranaíba;</li> <li>- Conselho Penitenciário da Zona da Mata</li> <li>- Conselho Penitenciário do Norte de Minas</li> <li>- Conselho Penitenciário do Baixo Sapucaí;</li> <li>- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais</li> <li>- Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social</li> <li>- Colegiado de Corregedorias do Sistema de Defesa Social</li> <li>- Conselho de Criminologia e Política Criminal</li> <li>- Conselho Penitenciário Estadual</li> <li>- Conselho Estadual de Trânsito</li> </ul>
Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Estadual de Comunicação Social</li> <li>- Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em Brasília</li> <li>- Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em São Paulo</li> <li>- Escritório de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais no Rio de Janeiro</li> <li>- Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOMG)</li> <li>- Loteria do Estado de Minas Gerais</li> </ul>
Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA)	
Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN)	

### Anexo I, Quadro III – Relação de Projetos mapeados pela pesquisa

No.	Nome do Projeto	No.	Nome do Projeto
1	Apoio à CODEVASF visando Ações de Desenvolvimento Sustentável no Perímetro Irrigado do Projeto Jafba	45	Modernização da Rodovia Fernão Dias
2	Apoio a competitividade dos Arranjos Produtivos Locais (Apls) em Minas Gerais	46	Pesquisa de Saúde Materno Infantil
3	Apoio à Escola de Pesca: Profissionalização e Geração de renda	47	Plano de Investimentos da COPASA
4	Apoio à Fundação de arte de Ouro Preto	48	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Minas Gerais
5	Apoio ao desenvolvimento da Zona da Mata	49	PROCESSO - Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios
6	Apoio ao Sistema de Comercialização dos Artesanatos do Vale do Jequitinhonha	50	Procedimentos de Qualidade Total em Processos Alimentícios e de Controle de Qualidade de Produtos Alimentícios
7	Apoio aos Pequenos Produtores Rurais em Minas Gerais	51	Profissionalização de Adolescentes em Situação de Risco Social
8	Apoio aos Programas de Competitividade em Minas Gerais e em Pernambuco	52	Programa Associação Público-Privada Minas Gerais
9	Apoio Econômico à Adoção à Distância	53	Programa de Desenvolvimento de Pequenas Empresas de Base Tecnológica
10	Assistência e Reforço Escolar para Crianças Carentes	54	Programa de Desenvolvimento de uma Rede de Pequenas e Médias Empresas Turísticas na Estrada Real
11	Assistência Técnica ao Programa de Concessão de Rodovias Estaduais	55	Programa de Eletrificação Rural do Noroeste de Minas Gerais
12	Biodiversidade - A Chave para nossa Sobrevivência. Fase 2	56	Programa de Integração Urbana na Área Metropolitana de Belo Horizonte
13	Capacitação e Aumento da Interação Universidade/Indústria	57	Programa de Profissionalização e Qualificação para o Trabalho para adolescentes com Trajetória de Rua
14	Certificação de Habilidades Básicas	58	Programa de Reestruturação e Modernização da Secretaria de Estado da Fazenda – Minas Gerais
15	Colheita Sustentável de "Siemprevivas"	59	Programa de Remessas e Capacitação para Emigrantes Brasileiros e seus Beneficiários no Brasil
16	Combate o Trabalho Infantil	60	Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE)
17	Concessões Viárias do Estado de Minas Gerais	61	Programa Parceria para o Desenvolvimento
18	Consolidação do Pólo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí	62	Projeto de Sustentação e Avanço do Pacto de Minas pela Educação Termo Aditivo das Cidades Industriais- CICI
19	Cooperação sobre banco de tecidos biológicos e banco de sangue	63	Projeto comunitário de saúde do Alto Jequitinhonha
20	COSUIPAM	64	Projeto de Colaboração Sanitária
21	Criação do Centro de Referência da Apa Carste de Lagoa Santa	65	Projeto de Cooperação Técnica-Científica
22	Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais	66	Projeto de Desenvolvimento Agrícola em Minas
23	Desenvolvimento do Manual para Conhecimento e Acompanhamento do Orçamento Público	67	Projeto de Desenvolvimento Rural do Nordeste - Minas Gerais
24	Difusão de Sistemas Agroflorestais em Pequenas Propriedades - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas	68	Projeto de Educação Ambiental do Vale do Jequitinhonha Instituto Estadual de Florestas- Ief/Mg
25	Duplicação da Rodovia Fernão Dias - Etapa II	69	Projeto de Privatização do Estado de Minas Gerais
26	Economia Informal e seu Efeito no Incremento do Bem Estar e Qualidade de Vida da Sociedade Mineira	70	Projeto de Recuperação Florestal de Áreas Degradadas da Região do Médio Rio Doce
27	Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil em Cachoeira do Campo-Inspetoria São João Bosco/MG	71	Projeto de Redução da Pobreza rural em Minas Gerais
28	Endoscopia Intestinal com Sistema de Vídeo	72	Projeto Escola Viva, Comunidade ativa
29	Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para o Controle Ambiental em Pequenas e Médias Indústrias de Minas Gerais	73	Projeto gestão de rodovias em Minas Gerais
30	Equipamentos para maternidade	74	Projeto Grupo Solidário
31	Estrada Real - Rede de PMEs Turísticas do Estado de Minas Gerais	75	Projeto Melhoramento de Bairros - Habitar Brasil

No.	Nome do Projeto	No.	Nome do Projeto
32	Estratégia de Desenvolvimento da Cidade, Focada na Pobreza, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte -	76	Projeto para a produção da batata, do queijo artesanal e para a reestruturação do programa Barracão do Produtor
33	Fabriquetas	77	Projeto Piloto de Reflorestamento para Recuperação de Áreas Degradadas na Região do Médio Rio Doce - MG
34	Fertile	78	Projeto Qualidade da Água e Controle da Poluição em Minas Gerais
35	Fortalecer a rede de prevenção, atendimento e defesa das vítimas de tráfico e exploração comercial infanto-juvenil.	79	Projeto Vale do Jequitinhonha - MG
36	Fortalecimento da Gestão Policial em Minas Gerais	80	PROMATA (Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais)
37	Fortalecimento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado de Minas Gerais	81	Proposta de Implementação de uma Agência de Bacia para o Rio Paraíba do Sul
38	Implantação do Núcleo Gestor de Compensações Ambientais no Estado de Minas Gerais	82	Proteção e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica em Minas Gerais (Projeto Doces Matas)
39	Implementação da escola complementar do salão do encontro	83	Reabilitação Ambiental de Belo Horizonte
40	Inserção voluntária para assistência de minorias	84	Segunda fase do curso de capacitação profissional de adolescentes em situação de risco social
41	Instituto estadual de florestas-ief/mg (termo aditivo)	85	SOMMA - Programa de Gestão Municipal e Infraestrutura Ambiental em Minas Gerais
42	Irrigação do Jaíba - Etapa II	86	Utilização Racional de Energia na Agricultura
43	Melhorando os Sistemas de Compras Públicas para Intensificar a Governança e a Transparência em Minas Gerais - Brasil	87	Vida à criança
44	Melhoria de Qualidade de Vida de Pacientes com Hemofilia e Doença de Von Willebrand, através de Investimento em Educação e Profissionalização		

Fonte: Diretório de Projetos do Sistema Integrado de Cooperação Internacional de Minas Gerais

<b>Anexo II – Quadro I – Resumo do Diretório de Práticas (Metodologia)</b>				
<b>Etapas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Meio de Pesquisa</b>	<b>Resultados</b>	<b>Conclusões</b>
1a Etapa	Divisão das regiões geográficas no Brasil para a busca acordos de cooperação e/ou irmandades entre estados e capitais brasileiras com outras sub-unidades.	Pesquisa a sites oficiais das cidades e dos governos	Acordos de Cooperação: Minas, Santa Catarina, Sergipe, e cidades de Belo Horizonte e Fortaleza; Irmandades: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro(estado), São Paulo(estado), Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória.	1) Poucos sites governamentais possuem informações sobre suas ações internacionais; 2) Os acordos de cooperação se concentram em Estados, e as irmandades entre cidades.
2a Etapa	Divisão das regiões geográficas no Mundo por pesquisador para a busca de práticas federativas em todo o mundo.	A divisão foi feita da seguinte maneira: América, África e Oceania, Ásia, Canadá, Europa. Elaborou-se uma categorização-padrão para a pesquisa, quais sejam Organização (Redes de Cidade, Foros, Federações, Organizações, Programas, Irmandade, Demais Acordos), Membros da organização, Informações Adicionais.	Foram encontradas 113 práticas federativas em todo o mundo	
3a Etapa	Elaboração de Indexadores para Inserção de Dados no Banco de Dados do Diretório de Práticas	Foi dividido em: Nome, Membros, Descrição, Tipo, Alcance, Localização, Nível Federativo, Critérios para Membros, Atores envolvidos, Áreas Temáticas, Motivações, Instrumentos Disponibilizados, Avaliação por instrumentos disponibilizados	(ver tabela 2.2)	Em processo

Anexo II, Quadro II – Indexadores para Diretório de Práticas												
Categoria LABEL	Nome	Membros	Descrição	Tipo	Alcance	Localização (+ opção)	Nível federativo	Critério para membros	Atores envolvidos (mais de uma opção)	Áreas Temáticas (mais de uma opção)	Instrumentos Disponibilizados	Status de instrumentos disponibilizados
Componentes /Descrição	Inserção livre de dados	Inserção livre de dados	Inserção livre de dados	Rede	Regional	América do Sul	País	Idioma	Presidente/Primeiro Ministro	Gênero – Inclusão/participação da Mulher	biblioteca virtual	Restrito
				Foro	Inter-Regional	América Central e Caribe	Estado/Província	Localização	Autoridades Locais (prefeitos)	Agricultura urbana	Glossário	Disponível a todos
				Federação	Global	América do Norte	Município	Religião	Autoridades Regionais (governadores)	Agricultura/ desenvolvimento rural	Banco de dados de projetos	
				Programa		Ásia	Entidades federativas	Não tem critério	ONG´s	Apoio para cidadãos no exterior	Avaliação de Boas Práticas	
				Irmandade		Oceania			Empresas	Assistência Humanitária	Consultoria	
				Acordos de Cooperação		África			Especialistas/Consultores	Assuntos de fronteira	Cursos	
						Europa			Cidadão comum	Atividades Artesanais e produtivas	Grupos de trabalho	
									Profissionais (artistas, médicos, advogados)	Autonomia, Financiamento e Gestão Municipal	Seminários/Worksh ops	
									Instituições regionais	Biotecnologia e Veterinária	Publicações	
									Representantes eleitos (legislativo)	Capacitação para elaboração e aquisição de financiamento para projetos	Links para sites relacionados	
									Pesquisadores	Cidades Periféricas	Press releases	
									Câmaras de comércio	Conservação do Patrimônio	Discursos	
									Importadores e Exportadores	Cooperação cidades-cidades (diplomacia das cidades)	Notícias periódicas de atividades	
										Cooperação/integração regional		
						Democracia (eleições/participação)						
						Desenvolvimento econômico						
						Direitos Humanos						
						Economia Social						
						Educação						
						Emprego						
						Empresas						
						Esporte						
						Estabelecimento de linha aérea						
						Estratégia Inclusiva da Cidade						
						Fazenda e Finanças Municipais						
						Financiamento de Serviços e Infra-Estrutura Urbana						
						Fortalecimento de regiões marítimas						
						Gestão de Águas						
						Governabilidade						
						Habitação						

Categoria LABEL	Nome	Membros	Descrição	Tipo	Alcance	Localização (+ opção)	Nível federativo	Critério para membros	Atores envolvidos (mais de uma opção)	Áreas Temáticas (mais de uma opção)	Instrumentos Disponibilizados	Status de instrumentos disponibilizados
										Igualdade de todos os humanos e não-discriminação		
										Implantação de políticas voltadas para a pobreza		
										Inclusão e Desenvolvimento Social		
										Indicadores Metropolitanos de Resultados		
										Indústria		
										Infância e Juventude		
										Intercâmbio cultural		
										Justiça/ legislações		
										Meio ambiente e desenvolvimento sustentável		
										Melhoria e planejamento urbano		
										Metodologia e ferramentas de gerenciamento urbano.		
										Metrópoles		
										Mídia e comunicação		
										Migração		
										Negócios e comércio		
										Objetivos do Milênio		
										Paz e Segurança		
										Prevenção de Favelas		
										Prevenção, manutenção e ajuda para desastres		
										Privatização		
										Promoção da cooperação descentralizada		
										Qualidade de vida dos habitantes		
										Questões energéticas		
										Questões indígenas		
										Recursos Humanos		
										Regional Integral de Bairros		
										Relações interétnicas e minorias		
										Saúde		
										Segurança alimentar		
										Segurança/ prevenção a criminalidade		
										Serviços Públicos		
										Sociedade da Informação e inclusão digital		
										Tecnologias de informação e comunicação		
										Trânsito e Transporte Urbano		
										Treinamento de lideranças		
										Turismo		

### Anexo II, Quadro III – Diretório de Práticas

Tipo/Região	América do Norte	América Central	América do Sul	Ásia	Europa	África	Oceania	Global
<b>Acordo de Cooperação (29)</b>	<p>1) Acordo de Cooperação entre Minas Gerais e Quebec (Canadá)</p> <p>2) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Ottawa (Canadá)</p>	<p>1) Termo de Convênio entre Santa Catarina e Cuba</p> <p>2) Termo de Cooperação Técnica entre Santa Catarina e Honduras</p>	<p>1) Acordo de Cooperação entre Minas Gerais e Brandeburgo (Alemanha)</p> <p>2) Acordo de Cooperação entre Minas Gerais e Quebec (Canadá)</p> <p>3) Acordo de Cooperação entre Minas Gerais e Queensland (Austrália)</p> <p>4) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Córdoba (Argentina)</p> <p>5) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Piemonte (Itália)</p> <p>6) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Yamanashi (Japão)</p> <p>7) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Bolonha (Itália)</p> <p>8) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Cottbus (Alemanha)</p> <p>9) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Florença (Itália)</p> <p>10) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Lisboa (Portugal)</p> <p>11) Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Ottawa (Canadá)</p> <p>12) Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Galícia (Espanha)</p> <p>13) Protocolo de Intenções entre Goiás e o País Basco (Espanha)</p> <p>14) Santa Catarina - Vêneto (Itália); Termo Aditivo ao Acordo Operativo entre Santa Catarina e Trento (Itália)</p> <p>15) Termo Aditivo de Cooperação Técnica entre Santa Catarina e Henan (China)</p> <p>16) Termo de Acordo Operativo entre Santa Catarina e Trento (Itália)</p> <p>17) Termo de Convênio entre Santa Catarina e Cuba</p> <p>18) Termo de Cooperação Técnica entre Santa Catarina e Honduras</p> <p>19) Termo de Cooperação Técnica entre Santa Catarina e Missiones (Argentina)</p> <p>20) Termo de Memorando de Entendimento entre Santa Catarina e Samara (Rússia)</p> <p>21) Termo de Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Baviera (Alemanha)</p>	<p>1) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Daegu (Coreia do Sul)</p> <p>2) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Jiangsu (China)</p> <p>3) Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Yamanashi (Japão)</p> <p>4) Termo Aditivo de Cooperação Técnica entre Santa Catarina e Henan (China); (4)</p>	<p>Acordo de Irmandade entre Minas Gerais e Piemonte (Itália); Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Bolonha (Itália); Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Cottbus (Alemanha); Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Florença (Itália); Acordo entre Belo Horizonte (Minas Gerais) e Lisboa (Portugal); Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Galícia (Espanha); Protocolo de Intenções entre Goiás e o País Basco (Espanha); Termo de Acordo Operativo entre Santa Catarina e Trento (Itália); Santa Catarina - Vêneto (Itália); Termo Aditivo ao Acordo Operativo entre Santa Catarina e Trento (Itália); Termo de Memorando de Entendimento entre Santa Catarina e Samara (Rússia); Termo de Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Baviera (Alemanha); Termo de Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Vêneto (Itália); Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e Moscou (Rússia); Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e Rivne (Ucrânia); (15)</p>		<p>Acordo de Cooperação entre Minas Gerais e Queensland (Austrália) (1)</p>	



			22) Termo de Protocolo de Cooperação entre Santa Catarina e Vêneto (Itália) 23) Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e Moscou (Rússia) 24) Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e Rivne (Ucrânia) 25) Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e San Juan (Argentina) 26) Termo de Protocolo de Intenções entre Santa Catarina e Trento (Itália)					
--	--	--	---	--	--	--	--	--

### Anexo II, Quadro III – Diretório de Práticas

Tipo/Região	América do Norte	América Central	América do Sul	Ásia	Europa	África	Oceania	Global
<b>Foro/Cúpulas (8)</b>			Conferência das Cidades do Pacífico (APCS); Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; (2)	Conferência das Cidades do Pacífico (APCS) - (1)	Assembleia de Regiões Europeias; Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CEMR); Fórum Europeu para Segurança Urbana (FESU); (3)	Africities Summit (1)	Conferência das Cidades do Pacífico (APCS) - (1)	Fórum das Federações (1)
<b>Rede (52)</b>	Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA); Organização Latino-Americana de Governos Intermédios (OLAGI); Rede Ibero-Americana de Cidades Digitais; União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) (4)	FEMICA – Federación de los Municipios del Istmo Centroamericano; Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA); Organização Latino-Americana de Governos Intermédios (OLAGI); Rede Ibero-Americana de Cidades Digitais; União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) - (5)	Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA); Mercocidades; Organização Latino-Americana de Governos Intermédios (OLAGI); Rede Ibero-Americana de Cidades Digitais; União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) (6)	Infocity - Asian City Network; Asian Network of Major Cities 21; CITYNET - The Regional Network of Local Authorities for the Management of Human Settlements (3)	Associação Europeia de Regiões Fronteiriças (AEFR); Arco-Latino; AVEC - Alliance of European Cultural Cities; Comitê de Regiões da União Europeia; Douzelage International Town Twinning; EUKN (European Urban Knowledge Network); Eurocities; Iniciativa de Governos Locais para a Reforma do Serviço Público; Intelcities; Medcities; METRE X (Rede de Regiões e Áreas Metropolitanas Europeias); Polis (Rede de Regiões Europeias para Inovação em Transportes); Rede Europeia de Cidades e Regiões para a Economia Social (REVES); Rede Ibero-Americana de Cidades Digitais; União das Capitais da União Europeia (UCEU); União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI); União de Cidades Bálticas (UBC); URBAMET; Rede Ibero-Americana de Cidades Digitais; União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) (18)	Aliança de prefeitos e líderes municipais na África para o HIV/AIDS; South African Cities Network; South African Local Government Association; United Cities and Local Government of Africa (4)	Australian Local Government Association (1)	Associação Internacional de Cidades e Portos (AIVP); Associação Internacional de Cidades Educadoras; Associação Internacional de Cidades Mensageiras da Paz; Associação Internacional de Prefeitos Francofônicos (AIMF); Comunidade Internacional de Iluminação Urbana (LUCI); Cidades e Governos Locais Unidos (IULA-FMCU); Cidades Unidas contra a Pobreza; Energie-Cités; Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU-UTO); Fórum de Governos Locais da Commonwealth (CLGF); Governos Locais para Sustentabilidade (ICLEI); Liga das Cidades Históricas; Login – Local Government Information Network; Metrópolis; Organização das Cidades do Patrimônio Mundial (OVPM); Organização das Cidades e Capitais Islâmicas (OICC); Paternalia; Sister Cities International; União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa; (19)
<b>Projeto (11)</b>	Rede 02: Conservação de Contextos Históricos (Urb-AL); Rede 04: Cidades Promotoras do Desenvolvimento Econômico (Urb-AL); Rede 06: Meio Ambiente Urbano (Urb-AL); Rede 07: Gestão e Controle da Urbanização (Urb-AL); Rede 08: Controle	Rede 02: Conservação de Contextos Históricos (Urb-AL); Rede 04: Cidades Promotoras do Desenvolvimento Econômico (Urb-AL); Rede 06: Meio Ambiente Urbano (Urb-AL); Rede 07: Gestão e Controle da Urbanização (Urb-AL); Rede 08: Controle de Mobilidade Urbana (Urb-AL); Rede 09:	Rede 02: Conservação de Contextos Históricos (Urb-AL); Rede 04: Cidades Promotoras do Desenvolvimento Econômico (Urb-AL); Rede 06: Meio Ambiente Urbano (Urb-AL); Rede 07: Gestão e Controle da Urbanização (Urb-AL); Rede 08: Controle de Mobilidade Urbana (Urb-AL); Rede 09: Financiamento Local e Orçamento Participativo (Urb-AL); Rede 10:		Avaliação de Boas Práticas das Associações de Governos Locais da Europa (Projeto); Rede 02: Conservação de Contextos Históricos (Urb-AL); Rede 04: Cidades Promotoras do Desenvolvimento Econômico (Urb-AL); Rede 06: Meio Ambiente Urbano (Urb-AL); Rede 07: Gestão e Controle da Urbanização (Urb-AL); Rede 08: Controle de Mobilidade Urbana (Urb-AL); Rede 09: Financiamento Local e			Programa Phare ACCESS (1)

	de Mobilidade Urbana (Urb-AL); Rede 09: Financiamento Local e Orçamento Participativo (Urb-AL); Rede 10: Luta contra a Pobreza (Urb-AL); Rede 12: Mulher Cidade - Promoção das mulheres nas Instâncias Locais (Urb-AL); Rede 13: Cidades e Sociedade da Informação (Urb-AL); Rede 14: Segurança Cidadã na Cidade (Urb-AL); (10)	Financiamento Local e Orçamento Participativo (Urb-AL); Rede 10: Luta contra a Pobreza (Urb-AL); Rede 12: Mulher Cidade - Promoção das mulheres nas Instâncias Locais (Urb-AL); Rede 13: Cidades e Sociedade da Informação (Urb-AL); Rede 14: Segurança Cidadã na Cidade (Urb-AL); (10)	Luta contra a Pobreza (Urb-AL); Rede 12: Mulher Cidade - Promoção das mulheres nas Instâncias Locais (Urb-AL); Rede 13: Cidades e Sociedade da Informação (Urb-AL); Rede 14: Segurança Cidadã na Cidade (Urb-AL); (10)		Orçamento Participativo (Urb-AL); Rede 10: Luta contra a Pobreza (Urb-AL); Rede 12: Mulher Cidade - Promoção das mulheres nas Instâncias Locais (Urb-AL); Rede 13: Cidades e Sociedade da Informação (Urb-AL); Rede 14: Segurança Cidadã na Cidade (Urb-AL); (11)			
<b>Centro (2)</b>	Centro Internacional de Desenvolvimento Municipal (Canadá) - (1)		Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) - (1)		Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) - (1)			
<b>Irmandade - (1)</b>			Irmandade entre Belo Horizonte e cidades no Exterior					

### Anexo III – Demonstrativo do Glossário

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
Política Externa	Restringe-se à ação do Estado fora de suas fronteiras. Ou seja, personifica a imagem internacional do poder público, englobando a atividade diplomática.
Atores	Definem-se dessa forma todos os participantes das relações internacionais, sejam eles Estados, organizações públicas (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos), Organismos Públicos (UPU, UIT, Fundo Monetário Internacional), sejam também Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas multinacionais, e até indivíduos. Ou seja, todos aqueles com atividades ou interesses fora das fronteiras internacionais.
Atores Públicos	(Antes da Segunda Guerra Mundial, somente o poder público podia agir nas relações internacionais. Após esse período, o monopólio estatal foi quebrado.) <b>Nação:</b> reúne variáveis que definem a identidade de uma população como língua, religião, cultura, traços étnicos, passado comum, compõe-se de elementos simbólicos e de marcos referenciais. <b>Estado:</b> “representa um arcabouço organizacional que detém o monopólio do poder coercitivo em um espaço territorial limitado.” (p. 375-376)
<i>Multi-level governance</i> (MLG)	A mobilização de governos subnacionais e suas respectivas demandas para se tornarem atores nas relações internacionais – o que é mais conhecido como paradiplomacia. A emergência de um novo nível de governança que, de alguma forma, está entre os modos tradicionais de tomadas de decisão supranacional e intergovernamental que encorpa e concretiza redes políticas, atores não estatais e agências regulatórias independentes.
Federalismo	<u>Ideologia política:</u> conjunto de idéias sobre como governar um estado. Pode ser de dois tipos: forma de org. política que centraliza unidades políticas pré-existente. Uma forma que descentraliza o poder em estados centralizados. <u>Arranjo institucional:</u> conjunto de leis normas e praticas. (análise das constituições, etc.). Para entender o funcionamento real do federalismo em um país, é preciso estudar suas principais instituições políticas e administrativas.
Fronteiras	Estruturas cognitivas e estruturas legais. As fronteiras são necessárias para o crescimento da globalização, sem ela não seria possível manter a disparidade de salários, e outros aspectos responsáveis pelo crescimento da eficiência buscada pelas empresas que vão ao exterior.
Relações Transgovernamentais	Definidas como as relações não-institucionalizadas entre subunidades de governos e as atividades que eles realizam enquanto elas permanecem imunes do controle central
Paradiplomacia	Uma manifestação da globalização, a saber, a complexificação da política mundial com a multiplicação e diferenciação dos atores. Ou seja, ao adquirir a agência internacional e desenvolver relações internacionais, as regiões se transformam em uma parte da globalização, ao invés de simplesmente serem afetadas por seus processos. Em um nível mais amplo, a paradiplomacia está, dessa forma, interligada com a globalização, políticas territorial e estruturas institucionais descentralizadas

## **Anexo IV – Sistema Integrado de Cooperação Internacional**

Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais  
Sistema em fase de Homologação. Versão atual 1.03

### Autenticação de usuário

**E-mail:**

**Senha:**

[Entrar](#)

Busca no portal:

# Menu Principal

- [Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)
- [Rede de Articulação](#)
- [Projetos](#)
  - [Administração Pública](#)
  - [Parceiros Internos](#)
  - [Parceiros Externos](#)
- [Práticas](#)
  - [Atores](#)
  - [Membros](#)
- [Organizações Internacionais](#)
- [Glossário](#)
- [Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

- [Lista de Países](#)
- [Logs do Sistema](#)
- [Usuários do Sistema](#)
- [Sair do Sistema](#)

## O que é o Sistema Integrado?

O objetivo maior do Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais que contribua para a consolidação da Rede de Articulação Internacional do Estado de Minas por meio dos seguintes produtos:

- 1) Diretório de Diretório de organismos e agências internacionais: indexação dos organismos e agências internacionais de caráter bi-lateral ou multilateral que atuam no território nacional, contendo a identificação de suas linhas de atuação, seus guidelines, e projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e, em especial, em Minas Gerais;
- 2) Diretório de projetos internacionais: indexação dos projetos de cooperação internacional desenvolvidos em Minas Gerais , bem como de projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e no exterior identificando: órgão executor, órgãos intervenientes, organismo ou agência internacional parceira, objetivos e resultados alcançados;
- 3) Diretório de práticas de cooperação internacional: identificação de programas, projetos e redes de cooperação internacional do interesse do Estado de Minas Gerais;
- 4) Biblioteca virtual da cooperação internacional para o desenvolvimento: índice de publicações de referência no campo da cooperação internacional;
- 5) Glossário da cooperação internacional.

## Central de Notícias - últimas postagens

Não há notícias disponíveis no momento

## Glossário - Termos mais acessados

- [Ação humanitária](#)
- [Boa prática](#)
- [Ator internacional soberano](#)
- [Ambiente multicêntrico](#)
- [Federalismo](#)

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)

[Rede de Articulação](#)

[Projetos](#)

[Administração Pública](#)

[Parceiros Internos](#)

[Parceiros Externos](#)

[Práticas](#)

[Atores](#)

[Membros](#)

[Organizações Internacionais](#)

[Glossário](#)

[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)

[Logs do Sistema](#)

[Usuários do Sistema](#)

[Sair do Sistema](#)

# Minas Gerais e as Relações Internacionais

Até 2003, os assuntos internacionais do Estado de Minas Gerais eram tratados pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial, localizada na estrutura da Secretaria de Estado de Governo. Criada em junho de 1999, tal assessoria tinha como finalidades auxiliar o governador na formulação e implementação da política estadual de relações internacionais e coordenar processos de captação de recursos internacionais.

Na busca de cumprir tais atribuições, que levariam a uma atuação externa mais eficaz, o ambiente institucional foi organizado a partir da elaboração do decreto nº 40.180, que instituiu o Sistema Estadual de Promoção Comercial e de Cooperação Internacional. Esse sistema consistia no estabelecimento de quatro núcleos, que atuavam no âmbito setorial, junto às secretarias afins. Assim, instituiu-se o Núcleo Operacional de Promoção Comercial, o Núcleo Operacional de Intercâmbio e Cooperação Científica e Tecnológica; o Núcleo de Intercâmbio e Cooperação Cultural; e Núcleo Operacional de Captação de Recursos Externos. Esses núcleos, coordenados pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial, estavam sob a direção das Secretarias de Estado de Indústria e Comércio; de Ciência e Tecnologia; da Cultura e de Planejamento. No âmbito interno da Assessoria, as ações empreendidas seguiam seis linhas:

- Coordenação de cooperação científico-cultural;
- Coordenação de promoção comercial;
- Apoio a projetos especiais e eventos internacionais;
- Apoio a prefeituras e instituições estaduais na definição e implementação de programas setoriais e análise de cooperação internacional;
- Acompanhamento e análise da conjuntura internacional.

Os principais programas desenvolvidos tinham por objetivo a qualificação de recursos humanos voltada à promoção comercial e cooperação internacional e o estágio supervisionado na área de relações internacionais.

A criação da Subsecretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) como órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE), dotou o Governo do Estado de Minas Gerais de componente institucional responsável pela coordenação das operações internacionais, não apenas dos setores-alvo da referida secretaria, como também do Estado, no que respeita aos seus órgãos da administração direta e indireta. Com efeito, conforme o inciso XII do Artigo 2º, compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico “prestar assessoramento às demais áreas do Governo em assuntos internacionais”. Esta competência é reiterada e especificada no Decreto 43232 de 27 de março de 2003, que estabelece as responsabilidades específicas atinentes à Subsecretaria de Assuntos Internacionais. Assim, conforme o artigo 27 do referido decreto, “a Subsecretaria de Assuntos Internacionais tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais, a cargo do Estado, relativas às oportunidades de investimentos, de viabilização de financiamentos externos e de promoção de negócios de interesse para o Estado identificados na área internacional”. Tal finalidade, por sua vez, desdobra-se em competências específicas a seguir sumarizadas:

1. Coordenação do relacionamento institucional e das missões de negociação do Estado junto às agências multilaterais e bilaterais de crédito vinculadas ao financiamento do desenvolvimento e da promoção de investimentos;



2. Manutenção do intercâmbio com instituições bancárias, entidades da iniciativa privada e organizações não-governamentais, visando cooperação técnica, financeira e operacional de interesse do Estado e dos setores-alvo da Secretaria;
3. Promoção de Estudos visando o fortalecimento do comércio e exportação de produtos estaduais e formação de novos ativos na economia mineira;
4. Manutenção do intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas com vistas à cooperação técnica e financeira para a consecução de programas no âmbito de sua atuação;
5. Estímulo à iniciativa privada para a promoção do Comércio Exterior e a atração de investimentos;
6. Estímulo à viabilização de investimentos externos nas áreas de abrangência da secretaria;
7. Proposição e participação de/em eventos de interesse da economia mineira no país e no exterior;
8. Proposição, apoio e coordenação de estudos que criem as condições para a produção de bens do conhecimento e para o desenvolvimento de capital intelectual na área de atuação da Secretaria, visando a exportação e investimentos nacionais e internacionais;
9. Promoção do relacionamento comercial da economia mineira com o mercado internacional;
10. Assessoramento das demais áreas do governo em assuntos internacionais;
11. Provisão de informações à comunidade exportadora e às unidades da Secretaria;
12. Promoção do relacionamento com o Ministério das Relações Exteriores;

A análise dessas competências permite depreender três áreas de atuação distintas e articuladas: Relações Internacionais, Comércio Exterior e Promoção de Investimentos. O alinhamento das áreas de atuação da SEAIN/SEDE ao modelo de gestão orientada a resultados, implantado pelo Estado de Minas Gerais, foi responsável pelo lineamento das políticas públicas setoriais através de programas prioritários e estruturadores que assinalam suas diretrizes estratégicas, como descrito a seguir:

**(i) Comércio Exterior:** no que respeita à área de Comércio Exterior, a SEAIN/SEDE concentrou seus esforços (1) na construção da logística necessária às exportações de produtos mineiros, em especial no que concerne ao programa de estruturação da “Plataforma Logística da Região Metropolitana de Belo Horizonte”; (2) na promoção da cultura exportadora em Minas Gerais, especialmente no que respeita às pequenas e médias empresas; (3) na melhoria dos fatores de competitividade das empresas mineiras; e, (4) na promoção comercial. A política de incentivo ao comércio exterior revelada no conjunto de programas gerenciados pela SEAIN/SEDE projeta três áreas de resultados distintas, a saber: (a) criação de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento através do aumento da arrecadação resultante do aumento das exportações das empresas mineiras; (b) geração de empregos e (c) formação de capital, provenientes da instalação de novas empresas em Minas Gerais, a partir, especialmente da plataforma logística do comércio exterior.

**(ii) Relações Internacionais:** a área de Relações Internacionais, por seu turno, desenvolveu dois eixos de atuação distintos e articulados: (1) cooperação internacional e, (2) operações de crédito. Do ponto de vista das Relações Internacionais, as políticas desenvolvidas pela SEAIN/SEDE através de seus programas prioritários, têm como área de resultados a criação de fontes alternativas para o financiamento do desenvolvimento através da atração de investimentos em

projetos de cooperação técnica e empréstimos junto à agências e bancos internacionais. Até 2003, as operações internacionais do Estado de Minas Gerais, a despeito das ações da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais e de Cerimonial, tinham lugar através de projetos de cooperação técnica desenvolvidos por setores da administração direta junto a organismos internacionais – em especial meio ambiente e educação – e por intermédio dos acordos com províncias irmãs. Nesse sentido, Minas Gerais estabeleceu, desde 1973, acordos internacionais com províncias irmãs, a saber:

a) Yamanashi, Japão (1973): formação profissional e educacional, tendo como principais desdobramentos as visitas técnicas de estudantes e jovens profissionais à Yamanashi. As ações decorrentes desse acordo também contemplam as áreas de energia elétrica, agroindústria, meio ambiente, mineração, transformação de metais, manufaturas, informática e mão de obra.

b) Córdoba, Argentina (1993): cooperação nas áreas de educação, saúde, cultura, serviços, comércio e indústria. Tal acordo teve como desdobramentos a participação de empresas mineiras em feiras, intercâmbio de estudantes, área de prestação de serviços. A atual agenda de trabalho prevê elaboração de estudo sobre logística, realização de seminário, promoção de intercâmbio de jovens, realização de seminário sobre integração regional e viabilização da integração de centros de excelência ligados à pesquisa e práticas de gestão e realização de empreendimentos.

c) Piemonte, Itália (1993): cooperação econômica, científica, tecnológica, industrial, cultural, de promoção de investimentos nos setores automobilístico, energia elétrica, alimentício, transformação de metais, informática e setor manufatureiro. Como desdobramento principal, o acordo teve missão governamental e realização de seminário de promoção comercial.

d) Taegu, Coreia (1994): troca de experiências em áreas de administração economia, comércio, cultura, esporte, artes, educação e turismo.

e) Jiangsu, China (1996): cooperação nas áreas econômica, comercial, científica e tecnológica, cultural e esportiva.

Outros acordos de cooperação comercial e agendas de trabalho foram realizados, sem que, contudo, houvesse estabelecida a relação de irmanamento. Destacam-se, entre esses acordos:

a) Queensland, Austrália: cooperação nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e indústria minero metalúrgica.

b) Québec, Canadá: cooperação nas áreas econômica, científico-tecnológica, industrial e cultural;

c) Brandemburgo, Alemanha: cooperação nas áreas econômica, ambiental, cultural, científico-tecnológica e turismo;

d) Shanxi, China: cooperação nas áreas de mineração, siderurgia, energia elétrica, indústria e comércio.

A partir de 2003, a SEAIN/SEDE buscou suplementar os acordos de irmandade com províncias estrangeiras com agendas de trabalho específicas dotadas de objetivos e metas específicos e de grupo coordenador, formado pelos atores envolvidos no processo de cooperação, designado para sua gestão.

Adota-se aqui uma definição abrangente da cooperação técnica internacional que a compreende como um conjunto de atividades que, relacionando o Estado de Minas Gerais à organismos e agências internacionais, bem como à países e províncias estrangeiras, resultam no incremento de seu capital humano e institucional. Nesse sentido, os programas e projetos de cooperação técnica internacional se estruturam em torno de duas dimensões complementares que devem alinhar-se às estratégias mais

amplas de desenvolvimento do Estado:

a. Cooperação Técnica (ou assistência técnica): atividades cujo objetivo é elevar a produtividade dos fatores de produção locais através da assimilação pelo Estado de bens intangíveis como o conhecimento:

i. Transferência de conhecimentos e habilidades que fortaleçam o capital humano do estado, potencializando o uso de seus fatores de produção;

ii. Fortalecimento das instituições públicas e das empresas de Minas Gerais quanto ao seu alinhamento em relação aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social;

b. Assistência Financeira: atividades cujo objetivo é a provisão dos recursos necessários à construção da infra-estrutura do desenvolvimento, impactando diretamente sobre crescimento econômico e sobre o desenvolvimento social.

Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais - Portal em fase de Homologação, versão 1.03

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)[Rede de Articulação](#)[Projetos](#)[Administração Pública](#)[Parceiros Internos](#)[Parceiros Externos](#)[Práticas](#)[Atores](#)[Membros](#)[Organizações Internacionais](#)[Glossário](#)[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)[Logs do Sistema](#)[Usuários do Sistema](#)[Sair do Sistema](#)

**[Página Principal](#) : [Conteúdo estático](#) : [Rede de Articulação Internacional](#)**

# A Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais

A opção institucional do Estado de Minas Gerais para a operação de seus programas e projetos de cooperação técnica internacional recaiu sobre uma estrutura horizontal e descentralizada: uma rede humana capaz de articular os setores da administração pública e esses aos centros de ensino e pesquisa. Redes são mecanismos institucionais – formais ou informais – de coordenação no interior de uma organização, entre unidades organizacionais, ou mesmo entre organizações. O que distingue as redes de outras formas de coordenação – hierarquia ou mercado – diz respeito à horizontalidade dos relacionamentos que têm lugar em seu interior (Thompson, 1991). Com efeito, os atores envolvidos em uma rede cultivam relações baseadas na confiança construída em torno de um interesse comum – a projeção internacional do Estado de Minas Gerais – e em um estoque de conhecimentos compartilhado. A importância do conhecimento como amálgama responsável pela coesão entre os operadores e, a consequente coerência e eficiência de suas operações, não deve ser desprezada.

Ao contrário, a Rede de Operações Internacionais pretende estruturar-se como um ambiente de aprendizagem. Como tal, a Rede não deve se constituir apenas sobre o acúmulo de conhecimentos gerados por suas operações, mas sobretudo, sobre o processo de aquisição de informações para seu posterior tratamento como conhecimento que informa a ação. Nesse sentido, o processo de aprendizado implicado nas operações da rede revelar-se-á como um processo contínuo de transformação que pode ser apreciado como um ciclo: (i) aquisição de informações; (ii) integração das informações adquiridas no contexto organizacional; (iii) interpretação coletiva da informação e, (iv) operação.

Pelo exposto, e considerando (a) a crescente relevância das Relações Internacionais Federativas; (b) a inexistência de mecanismos de tratamento da informação acerca da cooperação internacional no Estado de Minas Gerais; (c) a necessidade de estabelecimento de mecanismos de gestão da cooperação internacional no Estado de Minas Gerais e finalmente (d) a necessidade de formação de capital humano para a gestão dos processos de cooperação internacional, a presente proposta justifica-se pela necessidade de fortalecimento da “Rede de Articulação Internacional de Minas Gerais”. Para tanto os resultados da pesquisa deverão (i) identificar, caracterizar e classificar os atores internacionais implicados nos processos de cooperação – Organizações Multilaterais, Agências de Cooperação bi-lateral, Organizações Não-Governamentais, etc.; (ii) identificar e os projetos de cooperação desenvolvidos desde 1991 no âmbito da administração pública; (iii) identificar oportunidades de cooperação internacional em contextos federativos e (iv) sugerir mecanismos de gestão e formação de recursos humanos para a cooperação internacional.

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)  
[Rede de Articulação](#)  
[Projetos](#)  
[Administração Pública](#)  
[Parceiros Internos](#)  
[Parceiros Externos](#)  
[Práticas](#)  
[Atores](#)  
[Membros](#)  
[Organizações Internacionais](#)  
[Glossário](#)  
[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)  
[Logs do Sistema](#)  
[Usuários do Sistema](#)  
[Sair do Sistema](#)

## Diretório de Projetos

**Nesse Diretório estão listados projetos executados pelo Estado de Minas Gerais no período entre 1991-2006. Tais projetos podem ser localizados em função dos seguintes campos: do órgão membro da administração pública (direta ou indireta) do Estado de Minas Gerais que foi executor; em função da Organização Internacional que foi financiadora e em função da área temática onde a ação decorrente do projeto pode ser enquadrada.**

Utilize o formulário abaixo para realizar uma pesquisa por Projetos

Nome:

Área Temática:

Selecione

Órgão da Administração Pública:

Selecione

Tipo de Projeto conforme atores envolvidos:

- Coop. multilateral  Coop. descentralizada  Não-governamental  Empresarial

Tipo de Projeto conforme características dos fundos:

- Reembolsável  Não-reembolsável

Tipo de Projeto conforme grau de concessionalidade:

- Ajuda ligada  Ajuda não-ligada

Tipo de Projeto conforme natureza da cooperação:

- Financeira  Não-financeira

[\[Pesquisar\]](#) [\[Novo\]](#)

Busca no portal:

[Home](#) [Central de Notícias](#) [Mapa do Site](#) [Fale Conosco](#)

[Página Principal](#) : [Projetos](#) : [Órgãos da Administração Pública](#) : [Lista](#)

# Menu Principal

- [Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)
- [Rede de Articulação](#)
- [Projetos](#)
  - [Administração Pública](#)
  - [Parceiros Internos](#)
  - [Parceiros Externos](#)
- [Práticas](#)
  - [Atores](#)
  - [Membros](#)
- [Organizações Internacionais](#)
- [Glossário](#)
- [Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

- [Lista de Países](#)
- [Logs do Sistema](#)
- [Usuários do Sistema](#)
- [Sair do Sistema](#)

## Órgãos da Administração Pública

**Nesse espaço, encontra-se um índice de todos os Órgãos da Administração Pública envolvidos em algum dos Projetos existentes.**

**Utilize o formulário abaixo para realizar uma pesquisa de Órgãos da Administração Pública.**

- [ABEP](#)
- [ABNC](#)
- [AMAS](#)
- [AMAS](#)
- [ANEEL](#)
- [APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural](#)
- [ARMICOPA](#)
- [BDMG](#)
- [CAA - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica 3](#)
- [CAA-NM](#)
- [CBTU](#)
- [CDL BH](#)
- [CDTN Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear](#)
- [CEDEPLAR](#)
- [CEFET](#)
- [CEMIG](#)
- [CENPEC - Centro de Pesquisa em Educação e Cultura](#)
- [CODEVASF \(Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba\)](#)
- [Comissão Nacional de Energia Nuclear](#)
- [COOAPJ](#)
- [COPASA](#)
- [CPATSA](#)
- [DER](#)
- [DESA \(UFMG\)](#)
- [DNER](#)
- [EMBRAPA](#)
- [FAOP/MG](#)
- [FHEMIG](#)
- [FIEMG](#)
- [FINATEL](#)
- [FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS](#)
- [Fundação Biominas](#)
- [Fundação Cipó](#)
- [Fundação de Ensino Superior de Passos](#)
- [Fundação Hemominas](#)
- [Fundação João Pinheiro](#)
- [GOV/MG](#)

<a href="#">Hemominas</a>
<a href="#">IBAMA</a>
<a href="#">IEF</a>
<a href="#">INATEL</a>
<a href="#">Instituto de Ciências Biológicas da UFMG</a>
<a href="#">Instituto Estrada Real</a>
<a href="#">Instituto Octávio Magalhães (FUNED)</a>
<a href="#">IPEA</a>
<a href="#">Mãos de Minas</a>
<a href="#">MEC</a>
<a href="#">Ministério da Educação</a>
<a href="#">Ministério das Cidades</a>
<a href="#">Ministério da Saúde</a>
<a href="#">PLANTAR S.A</a>
<a href="#">Prefeituras Municipais</a>
<a href="#">PUC-MG</a>
<a href="#">SASFRA</a>
<a href="#">SEAPA</a>
<a href="#">SEC</a>
<a href="#">Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental</a>
<a href="#">SECT</a>
<a href="#">SECTOR (empresa)</a>
<a href="#">SEDE</a>
<a href="#">SEDRU</a>
<a href="#">SEDS</a>
<a href="#">SEE</a>
<a href="#">SEFA</a>
<a href="#">SEMAD</a>
<a href="#">SENAI-MG</a>
<a href="#">SEPLAG</a>
<a href="#">SES</a>
<a href="#">SETOP</a>
<a href="#">SETUR</a>
<a href="#">SOMIPE</a>
<a href="#">STR- Sindicato trabalhadores Rurais</a>
<a href="#">SUDENOR</a>
<a href="#">SUINT (Caixa Econômica)</a>
<a href="#">Superintendência de Epidemiologia (SES)</a>
<a href="#">SUS</a>
<a href="#">UFJF</a>
<a href="#">UFMG</a>
<a href="#">UFV</a>
<a href="#">UTT</a>

[\[Novo\]](#)

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações](#)

[Internacionais](#)

[Rede de Articulação](#)

[Projetos](#)

[Administração Pública](#)

[Parceiros Internos](#)

[Parceiros Externos](#)

[Práticas](#)

[Atores](#)

[Membros](#)

[Organizações Internacionais](#)

[Glossário](#)

[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)

[Logs do Sistema](#)

[Usuários do Sistema](#)

[Sair do Sistema](#)

## Parceiros Internos

**Nesse espaço, encontra-se um índice de todos os Parceiros envolvidos em algum dos Projetos existentes.**

Utilize o formulário abaixo para realizar uma pesquisa de Parceiros

Não há parceiros cadastrados no momento

[\[Novo\]](#) [\[Ver Parceiros Externos\]](#) [\[Ver todos os Parceiros\]](#)



## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações](#)

[Internacionais](#)

[Rede de Articulação](#)

[Projetos](#)

[Administração Pública](#)

[Parceiros Internos](#)

[Parceiros Externos](#)

[Práticas](#)

[Atores](#)

[Membros](#)

[Organizações Internacionais](#)

[Glossário](#)

[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)

[Logs do Sistema](#)

[Usuários do Sistema](#)

[Sair do Sistema](#)

## Parceiros Externos

**Nesse espaço, encontra-se um índice de todos os Parceiros envolvidos em algum dos Projetos existentes.**

Utilize o formulário abaixo para realizar uma pesquisa de Parceiros

Não há parceiros cadastrados no momento

[\[Novo\]](#) [\[Ver Parceiros Internos\]](#) [\[Ver todos os Parceiros\]](#)

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)  
[Rede de Articulação](#)  
[Projetos](#)  
[Administração Pública](#)  
[Parceiros Internos](#)  
[Parceiros Externos](#)  
[Práticas](#)  
[Atores](#)  
[Membros](#)  
[Organizações Internacionais](#)  
[Glossário](#)  
[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)  
[Logs do Sistema](#)  
[Usuários do Sistema](#)  
[Sair do Sistema](#)

## Membros

**Nesse espaço, encontra-se um índice de todos os membros que possuem algum vínculo com as Práticas.**

**Selecione uma letra do alfabeto ou informe uma palavra-chave para listar os membros**

Índice Alfabético:

- [2](#) [A](#) [B](#) [C](#) [D](#) [E](#) [F](#) [G](#) [H](#) [I](#) [J](#) [K](#) [L](#) [M](#) [N](#) [O](#) [P](#) [Q](#) [R](#) [S](#) [T](#) [U](#) [V](#) [W](#) [X](#) [Y](#) [Z](#) [Ö](#) [Ø](#)

Pesquisa por palavra-chave:

[\[Pesquisar\]](#) [\[Novo\]](#)

# Menu Principal

- [Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)
- [Rede de Articulação](#)
- [Projetos](#)
  - [Administração Pública](#)
  - [Parceiros Internos](#)
  - [Parceiros Externos](#)
- [Práticas](#)
  - [Atores](#)
  - [Membros](#)
- [Organizações Internacionais](#)
- [Glossário](#)
- [Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

- [Lista de Países](#)
- [Logs do Sistema](#)
- [Usuários do Sistema](#)
- [Sair do Sistema](#)

# Órgãos e agências internacionais

**Nesse Diretório estão listados todos os organismos e agências internacionais de caráter bi-lateral ou multilateral que atuam no território nacional, contendo a identificação de suas linhas de atuação, seus guidelines, e projetos exemplares desenvolvidos no Brasil e, em especial, em Minas Gerais.**

**Informe abaixo algumas palavras-chave para efetuar uma busca**

Nome/Nome Original:

Objetivos:

Serviços:

Ofertas:

Principais características de elegibilidade de projetos:

Tipo de Organização:  
 Selecione

[\[Pesquisar\]](#) [\[Novo\]](#)

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações](#)

[Internacionais](#)

[Rede de Articulação](#)

[Projetos](#)

[Administração Pública](#)

[Parceiros Internos](#)

[Parceiros Externos](#)

[Práticas](#)

[Atores](#)

[Membros](#)

[Organizações Internacionais](#)

[Glossário](#)

[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)

[Logs do Sistema](#)

[Usuários do Sistema](#)

[Sair do Sistema](#)

## Glossário

**Nesse espaço, encontra-se um índice de conceitos-chaves destinados à formação do capital humano no campo da cooperação internacional.**

**Selecione uma letra do alfabeto ou informe uma palavra-chave**

Índice Alfabético:

[A](#) [B](#) [C](#) [D](#) [E](#) [F](#) [G](#) [I](#) [M](#) [O](#) [P](#) [R](#) [S](#) [T](#) [U](#)

Pesquisa por palavra-chave:

[\[Pesquisar\]](#) [\[Novo\]](#)

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)  
[Rede de Articulação](#)  
[Projetos](#)  
[Administração Pública](#)  
[Parceiros Internos](#)  
[Parceiros Externos](#)  
[Práticas](#)  
[Atores](#)  
[Membros](#)  
[Organizações Internacionais](#)  
[Glossário](#)  
[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)  
[Logs do Sistema](#)  
[Usuários do Sistema](#)  
[Sair do Sistema](#)

## Biblioteca Virtual

**Nesse espaço, encontra-se um índice de publicações de referência no campo da cooperação internacional destinados à formação do capital humano no campo da cooperação internacional.**

**Utilize o formulário abaixo para realizar uma pesquisa no acervo da Biblioteca**

Título:

Autor(es):

Resumo:

[\[Pesquisar\]](#) [\[Novo\]](#)

Busca no portal:

[Home](#) [Central de Notícias](#) [Mapa do Site](#) [Fale Conosco](#)

[Página Principal](#) : [Países](#) : [Lista](#)

# Menu Principal

- [Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)
- [Rede de Articulação](#)
- [Projetos](#)
  - [Administração Pública](#)
  - [Parceiros Internos](#)
  - [Parceiros Externos](#)
- [Práticas](#)
  - [Atores](#)
  - [Membros](#)
- [Organizações Internacionais](#)
- [Glossário](#)
- [Biblioteca Virtual](#)

# Administração do Site

- [Lista de Países](#)
- [Logs do Sistema](#)
- [Usuários do Sistema](#)
- [Sair do Sistema](#)

## Lista de Países

Nesse espaço, encontra-se um índice de todos os países e seus respectivos continentes.

Clique sobre o nome do país para obter maiores informações

Nome	Continente
<a href="#">Afeganistão</a>	não informado
<a href="#">África do Sul</a>	não informado
<a href="#">Albânia</a>	não informado
<a href="#">Alemanha</a>	Europa
<a href="#">Andorra</a>	não informado
<a href="#">Angola</a>	não informado
<a href="#">Anguila</a>	não informado
<a href="#">Antártida</a>	não informado
<a href="#">Antígua e Barbuda</a>	não informado
<a href="#">Antilhas Neerlandesas</a>	não informado
<a href="#">Arábia Saudita</a>	não informado
<a href="#">Argélia</a>	não informado
<a href="#">Argentina</a>	não informado
<a href="#">Arménia</a>	não informado
<a href="#">Aruba</a>	não informado
<a href="#">Austrália</a>	não informado
<a href="#">Áustria</a>	não informado
<a href="#">Azerbaijão</a>	não informado
<a href="#">Baamas</a>	não informado
<a href="#">Bangladeche</a>	não informado
<a href="#">Barbados</a>	não informado
<a href="#">Barém</a>	não informado
<a href="#">Bélgica</a>	não informado
<a href="#">Belize</a>	não informado
<a href="#">Benim</a>	não informado
<a href="#">Bermudas</a>	não informado
<a href="#">Bielorrússia</a>	não informado
<a href="#">Birmânia</a>	não informado
<a href="#">Bolívia</a>	não informado
<a href="#">Bósnia e Herzegovina</a>	não informado
<a href="#">Botsuana</a>	não informado
<a href="#">Brasil</a>	não informado
<a href="#">Brunei</a>	não informado
<a href="#">Bulgária</a>	não informado
<a href="#">Burquina Faso</a>	não informado
<a href="#">Burúndi</a>	não informado
<a href="#">Butão</a>	não informado
<a href="#">Cabo Verde</a>	não informado
<a href="#">Camarões</a>	não informado
<a href="#">Camboja</a>	não informado

<a href="#">Canadá</a>	não informado
<a href="#">Catar</a>	não informado
<a href="#">Cazaquistão</a>	não informado
<a href="#">Chade</a>	não informado
<a href="#">Chile</a>	não informado
<a href="#">China</a>	não informado
<a href="#">Chipre</a>	não informado
<a href="#">Colômbia</a>	não informado
<a href="#">Comores</a>	não informado
<a href="#">Congo-Brazzaville</a>	não informado
<a href="#">Congo-Kinshasa</a>	não informado
<a href="#">Coreia do Norte</a>	não informado
<a href="#">Coreia do Sul</a>	não informado
<a href="#">Costa do Marfim</a>	não informado
<a href="#">Costa Rica</a>	não informado
<a href="#">Croácia</a>	não informado
<a href="#">Cuba</a>	não informado
<a href="#">Dinamarca</a>	não informado
<a href="#">Domínica</a>	não informado
<a href="#">Egipto</a>	não informado
<a href="#">Emiratos Árabes Unidos</a>	não informado
<a href="#">Equador</a>	não informado
<a href="#">Eritreia</a>	não informado
<a href="#">Eslováquia</a>	não informado
<a href="#">Eslovénia</a>	não informado
<a href="#">Espanha</a>	não informado
<a href="#">Estados Unidos</a>	não informado
<a href="#">Estónia</a>	não informado
<a href="#">Etiópia</a>	não informado
<a href="#">Faroé</a>	não informado
<a href="#">Fiji</a>	não informado
<a href="#">Filipinas</a>	não informado
<a href="#">Finlândia</a>	não informado
<a href="#">França</a>	não informado
<a href="#">Gabão</a>	não informado
<a href="#">Gâmbia</a>	não informado
<a href="#">Gana</a>	não informado
<a href="#">Geórgia</a>	não informado
<a href="#">Geórgia do Sul e Sandwich do Sul</a>	não informado
<a href="#">Gibraltar</a>	não informado
<a href="#">Granada</a>	não informado
<a href="#">Grécia</a>	não informado
<a href="#">Gronelândia</a>	não informado
<a href="#">Guadalupe</a>	não informado
<a href="#">Guame</a>	não informado
<a href="#">Guatemala</a>	não informado
<a href="#">Guiana</a>	não informado
<a href="#">Guiana Francesa</a>	não informado
<a href="#">Guiné</a>	não informado
<a href="#">Guiné Equatorial</a>	não informado
<a href="#">Guiné-Bissau</a>	não informado
<a href="#">Haiti</a>	não informado
<a href="#">Honduras</a>	não informado
<a href="#">Hong Kong</a>	não informado

<a href="#">Hungria</a>	não informado
<a href="#">Iémen</a>	não informado
<a href="#">Ilha Bouvet</a>	não informado
<a href="#">Ilha do Natal</a>	não informado
<a href="#">Ilha Norfolk</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Caimão</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Cook</a>	não informado
<a href="#">Ilhas dos Cocos</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Falkland</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Heard e McDonald</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Marshall</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Salomão</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Turcas e Caicos</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Virgens Americanas</a>	não informado
<a href="#">Ilhas Virgens Britânicas</a>	não informado
<a href="#">Índia</a>	não informado
<a href="#">Indonésia</a>	não informado
<a href="#">Irão</a>	não informado
<a href="#">Iraque</a>	não informado
<a href="#">Irlanda</a>	não informado
<a href="#">Islândia</a>	não informado
<a href="#">Israel</a>	não informado
<a href="#">Itália</a>	não informado
<a href="#">Jamaica</a>	não informado
<a href="#">Japão</a>	não informado
<a href="#">Jibuti</a>	não informado
<a href="#">Jordânia</a>	não informado
<a href="#">Kuwait</a>	não informado
<a href="#">Laos</a>	não informado
<a href="#">Lesoto</a>	não informado
<a href="#">Letónia</a>	não informado
<a href="#">Líbano</a>	não informado
<a href="#">Libéria</a>	não informado
<a href="#">Líbia</a>	não informado
<a href="#">Listenstaine</a>	não informado
<a href="#">Lituânia</a>	não informado
<a href="#">Luxemburgo</a>	não informado
<a href="#">Macau</a>	não informado
<a href="#">Macedónia</a>	não informado
<a href="#">Madagáscar</a>	não informado
<a href="#">Malásia</a>	não informado
<a href="#">Malávi</a>	não informado
<a href="#">Maldivas</a>	não informado
<a href="#">Mali</a>	não informado
<a href="#">Malta</a>	não informado
<a href="#">Marianas do Norte</a>	não informado
<a href="#">Marrocos</a>	não informado
<a href="#">Martinica</a>	não informado
<a href="#">Maurícia</a>	não informado
<a href="#">Mauritânia</a>	não informado
<a href="#">Mayotte</a>	não informado
<a href="#">México</a>	não informado
<a href="#">Micronésia</a>	não informado
<a href="#">Moçambique</a>	não informado



<a href="#">Moldávia</a>	não informado
<a href="#">Mónaco</a>	não informado
<a href="#">Mongólia</a>	não informado
<a href="#">Monserrate</a>	não informado
<a href="#">Namíbia</a>	não informado
<a href="#">Nauru</a>	não informado
<a href="#">Nepal</a>	não informado
<a href="#">Nicarágua</a>	não informado
<a href="#">Níger</a>	não informado
<a href="#">Nigéria</a>	não informado
<a href="#">Niue</a>	não informado
<a href="#">Noruega</a>	não informado
<a href="#">Nova Caledónia</a>	não informado
<a href="#">Nova Zelândia</a>	não informado
<a href="#">Omã</a>	não informado
<a href="#">Países Baixos</a>	não informado
<a href="#">Palau</a>	não informado
<a href="#">Panamá</a>	não informado
<a href="#">Papua-Nova Guiné</a>	não informado
<a href="#">Paquistão</a>	não informado
<a href="#">Paraguai</a>	não informado
<a href="#">Peru</a>	não informado
<a href="#">Pitcairn</a>	não informado
<a href="#">Polinésia Francesa</a>	não informado
<a href="#">Polónia</a>	não informado
<a href="#">Porto Rico</a>	não informado
<a href="#">Portugal</a>	não informado
<a href="#">Quénia</a>	não informado
<a href="#">Quirguizistão</a>	não informado
<a href="#">Quiribáti</a>	não informado
<a href="#">Reino Unido</a>	não informado
<a href="#">República Centro-Africana</a>	não informado
<a href="#">República Checa</a>	não informado
<a href="#">República Dominicana</a>	não informado
<a href="#">Reunião</a>	não informado
<a href="#">Roménia</a>	não informado
<a href="#">Ruanda</a>	não informado
<a href="#">Rússia</a>	não informado
<a href="#">Salvador</a>	não informado
<a href="#">Samoa</a>	não informado
<a href="#">Samoa Americana</a>	não informado
<a href="#">Santa Helena</a>	não informado
<a href="#">Santa Lúcia</a>	não informado
<a href="#">São Cristóvão e Neves</a>	não informado
<a href="#">São Marinho</a>	não informado
<a href="#">São Pedro e Miquelon</a>	não informado
<a href="#">São Tomé e Príncipe</a>	não informado
<a href="#">São Vicente e Granadinas</a>	não informado
<a href="#">Sara Ocidental</a>	não informado
<a href="#">Seicheles</a>	não informado
<a href="#">Senegal</a>	não informado
<a href="#">Serra Leoa</a>	não informado
<a href="#">Singapura</a>	não informado
<a href="#">Síria</a>	não informado

<a href="#">Somália</a>	não informado
<a href="#">Sri Lanca</a>	não informado
<a href="#">Suazilândia</a>	não informado
<a href="#">Sudão</a>	não informado
<a href="#">Suécia</a>	não informado
<a href="#">Suíça</a>	não informado
<a href="#">Suriname</a>	não informado
<a href="#">Svalbard e Jan Mayen</a>	não informado
<a href="#">Tailândia</a>	não informado
<a href="#">Taiwan</a>	não informado
<a href="#">Tajiquistão</a>	não informado
<a href="#">Tanzânia</a>	não informado
<a href="#">Território Britânico do Oceano Índico</a>	não informado
<a href="#">Territórios Austrais Franceses</a>	não informado
<a href="#">Timor Leste</a>	não informado
<a href="#">Togo</a>	não informado
<a href="#">Tokelau</a>	não informado
<a href="#">Tonga</a>	não informado
<a href="#">Trindade e Tobago</a>	não informado
<a href="#">Tunísia</a>	não informado
<a href="#">Turquemenistão</a>	não informado
<a href="#">Turquia</a>	não informado
<a href="#">Tuvalu</a>	não informado
<a href="#">Ucrânia</a>	não informado
<a href="#">Uganda</a>	não informado
<a href="#">Uruguai</a>	não informado
<a href="#">Usbequistão</a>	não informado
<a href="#">Vanuatu</a>	não informado
<a href="#">Vaticano</a>	não informado
<a href="#">Venezuela</a>	não informado
<a href="#">Vietname</a>	não informado
<a href="#">Wallis e Futuna</a>	não informado
<a href="#">Zâmbia</a>	não informado
<a href="#">Zimbabué</a>	não informado

[\[Novo\]](#)

Sistema Integrado da Cooperação Internacional de Minas Gerais - Portal em fase de Homologação, versão 1.03

## Menu Principal

[Minas Gerais e as Relações](#)

[Internacionais](#)

[Rede de Articulação](#)

[Projetos](#)

[Administração Pública](#)

[Parceiros Internos](#)

[Parceiros Externos](#)

[Práticas](#)

[Atores](#)

[Membros](#)

[Organizações Internacionais](#)

[Glossário](#)

[Biblioteca Virtual](#)

## Administração do Site

[Lista de Países](#)

[Logs do Sistema](#)

[Usuários do Sistema](#)

[Sair do Sistema](#)

[Home](#) [Central de Notícias](#)

[Mapa do Site](#) [Fale Conosco](#)

[Página Principal](#) : [Logs do Sistema](#) : [Lista](#)

## Logs do Sistema

Clique sobre o título para obter maiores informações

<a href="#">1/19/2009 10:58:30 AM</a>	USUARIOS	SUCESSO NA ATUALIZACAO
<a href="#">1/19/2009 10:52:56 AM</a>	USUARIOS	SUCESSO NO CADASTRO
<a href="#">12/9/2008 6:57:18 PM</a>	USUARIOS	SUCESSO NO CADASTRO
<a href="#">12/9/2008 6:55:45 PM</a>	USUARIOS	SUCESSO NO CADASTRO

Busca no portal:

[Home](#) [Central de Notícias](#) [Mapa do Site](#) [Fale Conosco](#)

*[Página Principal](#) : [Usuários do Sistema](#) : [Lista](#)*

# Menu Principal

- [Minas Gerais e as Relações Internacionais](#)
- [Rede de Articulação](#)
- [Projetos](#)
  - [Administração Pública](#)
  - [Parceiros Internos](#)
  - [Parceiros Externos](#)
- [Práticas](#)
  - [Atores](#)
  - [Membros](#)
- [Organizações Internacionais](#)
- [Glossário](#)
- [Biblioteca Virtual](#)

# Administração do Site

- [Lista de Países](#)
- [Logs do Sistema](#)
- [Usuários do Sistema](#)
- [Sair do Sistema](#)

## Usuários do Sistema

**Nesse espaço, encontra-se todos os usuários cadastrados no Sistema**

**Clique sobre o nome do usuário para obter maiores informações**

<a href="#">Adriano Richard</a>
<a href="#">Adriano Richard Martins</a>
<a href="#">Chyara Sales</a>
<a href="#">Onofre dos Santos</a>

[\[Novo\]](#)